

MARIA EDUARDA SOUZA MINGARDI

**INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: RESGATANDO ESTUDOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação a ser apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas

Orientadora: Suely de Fátima Ramos Silveira

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M664i
2023

Mingardi, Maria Eduarda Souza, 1998-

Inclusão das pessoas com deficiência: resgatando estudos e políticas públicas / Maria Eduarda Souza Mingardi. – Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (71 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndice.

Orientador: Suely de Fátima Ramos Silveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração, 2023.

Referências bibliográficas: f. 54-63.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.282>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Pessoa com deficiência - Política governamental.
2. Políticas públicas. 3. Integração social. I. Silveira, Suely de Fátima Ramos, 1959-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 362.4

MARIA EDUARDA SOUZA MINGARDI

**INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: RESGATANDO ESTUDOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação a ser apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 13 de julho de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 **MARIA EDUARDA SOUZA MINGARDI**
Data: 08/04/2024 17:02:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Eduarda Souza Mingardi

Autor

Documento assinado digitalmente
 **SUELY DE FATIMA RAMOS SILVEIRA**
Data: 09/04/2024 18:06:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Suely de Fátima Ramos Silveira

Orientador

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos e iluminação ao longo do caminho.

A minha mãe, Liliane, a meu padrasto, Antônio e ao meu pai, Miguel.

Aos meus amigos que sabem quem são.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

RESUMO

MINGARDI, Maria Eduarda Souza, M. Sc, Universidade Federal de Viçosa, julho de 2023.
Inclusão das Pessoas com Deficiência: Resgatando Estudos e Políticas Públicas.
Orientador: Suely de Fátima Ramos Silveira.

Esse estudo contemplou o problema público da falta de inclusão social da pessoa com deficiência (PcD) sob a perspectiva da agenda governamental, tendo como objetivo central compreender como essa questão entra para a agenda pública, bem como investigar como a PcD é reconhecida pela sociedade. A pesquisa exploratória e descritiva realizada destacou-se pela sua abordagem qualitativa, prevendo o levantamento de políticas públicas e estudos sobre o tema. Também foi realizada uma revisão sistemática de literatura, tendo como instrumento de análise do corpus textual o *software* IRAMUTEQ, pautando-se nos princípios da análise textual e de conteúdo. A partir dos resultados foi possível constatar um avanço, ao longo dos anos, tanto no que se refere ao reconhecimento da PcD em sociedade, quanto no que tange as políticas públicas nesse meio, concluindo-se, entretanto, que a pauta ainda demanda avanços para que haja a garantia efetiva da inclusão social desse público. Concomitante a isso, constatou-se também que o problema público continua na agenda governamental, já que a questão é pertinente socialmente e reflete as limitações no meio social ainda evidentes como barreira impedoras do acesso a PcD nos diferentes meios. Foi possível inferir, com base nessas conclusões, que a questão da PcD na agenda pública toma forma de demandas por mecanismos de acessibilidade em vista de adaptar os espaços, concedendo acesso e, como consequência, contribuindo para o desenvolvimento de políticas de inclusão da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Políticas públicas. Pessoa com deficiência. Agenda governamental. Inclusão social.

ABSTRACT

MINGARDI, Maria Eduarda Souza, M. Sc, Universidade Federal de Viçosa, Julho de 2023.
Inclusion of People with Disabilities: Rescuing Studies and Public Policies. Orientador:
Suely de Fátima Ramos Silveira.

This study considered the public problem of the lack of social inclusion of people with disabilities (PwD) from the perspective of the government agenda, with the central objective of understanding how this issue enters the public agenda, as well as investigating how PwD is recognized by society. The exploratory and descriptive research carried out stood out for its qualitative approach, providing for the survey of public policies and studies on the topic. A systematic literature review was also carried out, using the IRAMUTEQ software as an instrument for analyzing the textual corpus, based on the principles of textual and content analysis. From the results, it was possible to see progress over the years, both in terms of recognizing PwD in society and in terms of public policies in this environment, concluding, however, that the agenda still requires progress so that there is an effective guarantee of the social inclusion of this public. Concomitant to this, it was also found that the public problem remains on the government agenda, as the issue is socially pertinent and reflects the limitations in the social environment that are still evident as barriers preventing access to PwD in different environments. It was possible to infer, based on these conclusions, that the issue of PwD on the public agenda takes the form of demands for accessibility mechanisms in order to adapt spaces, granting access and, as a consequence, contributing to the development of inclusion policies for people with disabilities. deficiency.

Keywords: Public policies. Person with a disability. Government agenda. Social inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1. Resgate Histórico da Pessoa com Deficiência no Cenário Brasileiro	11
2.2. Os Desafios da Falta de Inclusão	12
2.3. Acessibilidade como meio para transpor barreiras.....	14
3. MARCO TEÓRICO	16
3.1. Políticas Públicas, seus Instrumentos e o Processo Político	16
3.2. O Problema Público e a Formação de Agenda	19
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
Figura 2. Aplicação do modelo, segundo critérios do PRISMA	24
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
5.1. Terminologia histórica da pessoa com deficiência.....	24
5.1 Recorte Histórico das Políticas Públicas para as PcD no Brasil	29
5.2. A Interseção entre as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social entre os Níveis Federativos	38
Fonte: elaborado própria, segundo os autores e legislações citados (2023).....	40
5.3. Resultados da Revisão Sistemática de Literatura	43
6. CONCLUSÕES	53
7. REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A	65

1. INTRODUÇÃO

Os grupos vulneráveis são aqueles formados por conjuntos de pessoas que, por conta de suas condições sociais, físicas ou intelectuais, apresentam uma maior potencialidade de ter os seus direitos violados, sendo essas pessoas crianças e adolescentes, mulheres, idosos e as pessoas com deficiência (BIROLI, 2018). A presente pesquisa retrata a parcela da população em vulnerabilidade representada pelas pessoas com deficiência (PcD), abrangendo as deficiências motoras, intelectuais, visuais e auditivas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018 realizou uma releitura do Censo Demográfico de 2010, a partir de recomendações do Grupo de Washington. Com base nesse novo estudo, o IBGE contabilizou a estimativa de que 6,7% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que corresponde a 12,7 milhões de pessoas (IBGE, 2018). Observa-se, com base nessa releitura, que a deficiência visual é a mais representativa, atingindo 3,4% dos brasileiros, no mesmo impasse verificam-se que 2,3% da população apresenta deficiência motora e 1,1% deficiência auditiva.

A vista dessas informações, destaca-se a importância do papel desempenhado pelos mecanismos de acessibilidade no que se refere a criação de condições necessárias à promoção da inclusão social da PcD nos diferentes ambientes públicos. Para tanto, vale ressaltar a definição desses dois termos. A acessibilidade e a inclusão são conceitos inter-relacionados que descrevem a garantia de igualdade de oportunidades e participação plena na sociedade para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais (WHO, 2012).

A acessibilidade, de forma específica refere-se à criação de condições que permitem a participação de todas as pessoas a partir da equidade (BARTON; OLIVER, 1990; MACE, 1985). É a prática de eliminar barreiras físicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais que possam impedir ou dificultar a interação e o acesso aos espaços físicos, produtos, serviços, informações e oportunidades (PREISER; OSTROF; SMITH, 2000; STEINFELD; MAISEL, 2012).

Por outro lado, inclusão refere-se à promoção de uma sociedade que valoriza e respeita a diversidade, onde todas as pessoas são reconhecidas e valorizadas, e têm a oportunidade de participar plenamente em todos os aspectos da vida social, econômica, cultural e política (KABEER, 2005). A inclusão busca garantir que todas as pessoas sejam envolvidas, respeitadas e beneficiadas pelos mesmos direitos e oportunidades, já que envolve o

reconhecimento e a valorização da diversidade humana e o combate à discriminação (THOMAS; LOXLEY, 2007).

Embora a acessibilidade e inclusão sejam conceitos distintos, estão intrinsecamente relacionados. A acessibilidade é um meio para promover a inclusão, uma vez que a remoção das barreiras e a criação de condições acessíveis são fundamentais para que as pessoas com deficiência possam participar plenamente da sociedade (SEM, 1999).

Com base nessas concepções, observa-se que a precariedade dos mecanismos de acessibilidade a PcD pode restringir suas atividades, dificultando-a de praticar atividades relacionadas ao seu papel social e impactando de forma negativa em sua identidade como cidadão (DINIZ, 2012).

As políticas públicas ante a esse contexto, representam uma forma de concessão da acessibilidade as PcD, tornando-se essenciais no que tange a efetiva garantia de inclusão dessa parcela da população na esfera social. Todavia, sabe-se que apesar de sua relevância, uma questão somente é identificada como objeto de políticas públicas se tomar características de um problema público que demanda a intervenção do governo e que, posteriormente passa a constituir pauta dentro de uma Agenda Governamental (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019), o que faz com que seja preciso analisar o contexto de inclusão da pessoa com deficiência sob essa perspectiva de ações.

A falta de inclusão da PcD pode ser considerada um problema público tendo em vista que essa exclusão se opõe ao princípio da igualdade, que de acordo com Sen (1999) é essencial para garantir justiça e equidade na sociedade. Além disso, a inclusão da pessoa com deficiência é um imperativo dos direitos humanos, conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU). Portanto, as políticas públicas têm a responsabilidade de promover a inclusão, estabelecendo leis e programas que garantam igualdade de oportunidades e proteção dos direitos das pessoas com deficiência (BICKENBACH et al., 2011; CAMPBELL, 1997; OLIVER, 1990).

Ainda nesse sentido, estudos mais recentes na área que abordaram o contexto brasileiro elucidam a permanência dessa problemática pública em sociedade (AGUIAR; RODRIGUES, 2021; CORREIRA; MAGNO, 2021; JUSTI; HOSTINS, 2020; CARVALHO, 2019).

Atendo a essa contextualização, a pesquisa pode ser descrita pela investigação da falta de inclusão social da PcD como um problema público, almejando-se, dessa forma, compreender como se visualiza essa problemática dentro do contexto da Agenda Governamental.

Apesar de ser um direito garantido pela Constituição Federal a todas as pessoas (ART. 5, IX, CF1988), a liberdade de locomoção não se apresenta como uma característica que a pessoa com deficiência pode gozar em todos os ambientes públicos no Brasil, isso porque é histórica a luta por inclusão dessa parcela da população nos diferentes meios sociais e visíveis os desafios enfrentados pelas PcD nos centros urbanos (FIGUEIRA, 2021).

À vista dessas primícias, a problematização, base da investigação proposta neste trabalho se traduz pela seguinte pergunta: **A inclusão da pessoa com deficiência é inserida como problema público na agenda governamental?**

A essa questão central adicionam-se três perguntas complementares, sendo: Qual é o contexto histórico de identificação da PcD em sociedade? Quais as principais temáticas abordadas em políticas públicas do período de 1990 até 2022? Como os autores de publicações acadêmicas na área constatarem o cenário de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em seus estudos?

Dessa forma, o objetivo central da pesquisa é: Investigar se a falta de inclusão da pessoa com deficiência foi reconhecida como problema público.

Para que se chegue a tal finalidade, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

- (i) Resgatar o histórico da pessoa com deficiência em sociedade;
- (ii) Investigar as principais políticas públicas que apresentam como foco a acessibilidade e inclusão da PcD ao meio social no âmbito nacional, apresentado recortes temáticos nas áreas: educação, saúde e assistência social;
- (iii) Investigar como o tema abordado foi incorporado às publicações acadêmicas com ênfase nas áreas de administração pública e políticas públicas nos últimos 10 anos.

Os desafios enfrentados pela pessoa com deficiência em seu cotidiano para exercer atividades consideradas pelo senso comum como fáceis, mas que para essa parcela da população se tornam penosas pela falta de acessibilidade e inclusão, denotam a relevância social desse tema e urgência em dar destaque para essa situação no meio acadêmico.

Para o viés social destaca-se que o trabalho tem o potencial de agregar o aumento de visibilidade perante a questão que é um problema público. Concomitante a isso, o estudo também apresenta características estruturais capazes de favorecer a fomentação da discussão do tema à luz da academia, sendo de grande valia na constatação de possíveis soluções a problemática central abordada, além de poder servir como contribuição às ações de gestores públicos a respeito do tema.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Resgate Histórico da Pessoa com Deficiência no Cenário Brasileiro

A tentativa de se retomar ao histórico das pessoas com deficiência no Brasil perpassa os relatos de historiadores e antropólogos que evidenciaram a realidade brasileira à cada época. Sendo assim, o que é conhecido hoje sobre as condições de vida das pessoas com deficiência nos séculos passados no país, pode ser definido como um conhecimento que foi construído a partir das entrelinhas dos textos que buscavam retratar os costumes, características e a saúde dos povos mais primitivos (SASSAKI, 1997).

Com o primeiro contato entre os índios e os portugueses a partir de 1500 surgiu a curiosidade de pesquisadores europeus da época em entender a dinâmica comportamental dos primeiros moradores do Brasil. Com base nas características levantadas já se observava uma tendência dos povos indígenas em excluir aqueles considerados enfermos ou com algum tipo de deficiência visível. Historiadores como Santos Filhos (1966), em seu texto sobre a medicina do Brasil na era colonial, aponta para atos como o sacrifício das crianças com deficiência por algumas tribos brasileiras logo após o parto por motivos de cunho religioso, já que acreditavam que a deficiência era uma espécie de maldição, e por serem consideradas inapropriadas para o trabalho.

Em uma visão mais positiva sobre a época, autores como Léry (1961) e Martius (1939) relataram a incidência de poucos índios com deficiência em algumas tribos do Norte do Brasil, o que se tornaram indícios de que nem todos os povos indígenas praticavam a política de exclusão sobre essas pessoas. Mas ainda assim, é evidente nas passagens desses textos a interpretação de inferioridade que se tinha a respeito da pessoa com deficiência, o que reafirma a já existência nessa época da segregação apoiada em seus três principais pilares: preconceito, estereótipo e estigma (FIGUEIRA, 2021).

Apoiando-se nesses relatos é possível identificar o quanto que a falta de conhecimento acerca das “deficiências” que acometem as pessoas, é um dos principais combustíveis que fazem com que a segregação, que se expressa pelo isolamento da pessoa com deficiência, se torne algo cada vez mais factível. Era assim nas épocas passadas e essa primícia ainda se faz verdadeira perante ao cenário atual tendo em vista a falta de inclusão que continuamente é gerada pela não ciência acerca das necessidades dessas pessoas.

Com a influência dos jesuítas na medicina colonial no ano de 1534, os números e taxas também não eram favoráveis às crianças PcD, a incapacidade para o trabalho era considerada como um dos motivos principais que justificavam, sob um aspecto preconceituoso, o abandono das mesmas, o que fazia com que a grande maioria delas morresse ainda no período de amamentação ou, como não podiam ser vendidas como escravas pela sua incapacitação física, passassem a viver como pessoas em situação de rua (CAMARGO, 2006).

A partir de certo período da história, a divisão de classes sociais passou a ser decisiva também no que diz respeito a exclusão da PcD. Aos que eram mais pobres restavam o abandono por suas famílias e a perspectiva de não conseguirem o alimento que necessitavam pela sua incapacidade de trabalhar, enquanto que para as pessoas com deficiência pertencentes a famílias mais ricas seus destinos eram traçados sob a pena de viverem em exclusão morando em casas mais afastadas e mantendo o mínimo de contato possível com os demais integrantes da sociedade (MARCÍLIO, 1998).

Ainda nesse sentido, relatos datados de 1816 transcritos por Debret (1975) traziam a realidade dos escravos que apresentavam algum tipo de deficiência física adquirida pelos maus tratos, que se exemplificavam por açoites e mutilações, além de ser causada por consequência de doenças que eram proliferadas devido à má alimentação e condições sub-humanas de higiene. Essas pessoas, após a identificação de suas deficiências, eram abandonadas nas ruas à mercê da sua própria sorte e da caridade dos outros e, em muitos casos, acabava por falecer em um curto período de tempo (FREIRE, 2006).

Devido a suas raízes históricas, a pessoa com deficiência no Brasil foi, por muitos anos, atrelada a uma visão de “pessoa doente”. A deficiência sendo enxergada como doença além de contribuir para um movimento cultural de apoio ao preconceito para com as PcD, também moldou o contexto político para o desenvolvimento de políticas públicas referentes à área, ou seja, fizeram com que as primeiras decisões governamentais acerca dos direitos das pessoas com deficiência fossem exclusivamente voltadas ao âmbito da saúde, sem que fossem considerados aspectos como, por exemplo, a vida social dessas pessoas (FIGUEIRA, 2021).

2.2. Os Desafios da Falta de Inclusão

Para que se compreenda de fato um termo, faz-se essencial o entendimento acerca de sua nomenclatura. Nesse sentido, é importante apresentar a definição correta para o público alvo desta pesquisa, que são as Pessoas com Deficiência, apresentando como sigla correta o termo

“PcD”. Sendo, por consequência, incorreto dizer “portador de deficiência” ou “deficiente” para se referir a esse público que, antes de serem taxados por suas condições, são pessoas que precisam ser identificadas apropriadamente como pessoas (DINIZ, 2012).

Compreende-se como pessoa com deficiência aquela que apresenta algum tipo de impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial, de longo prazo, que às confere uma ou mais barreiras quanto a participação dessas pessoas em sociedade no que se refere a igualdade de condições (BRASIL, 2015).

Quando o olhar se volta ao histórico das PcD em sociedade, observa-se uma ausência de dados objetivos quanto ao tratamento social dado às pessoas com deficiência na antiguidade, sendo possível destacar apenas algumas passagens na literatura da época, que atribuíam a essa parcela da população a característica de indivíduo sem “utilidade” ou “improdutivo” para a nobreza, prevendo o afastamento integral dessas pessoas da esfera social, e na bíblia, onde o diferente exemplificado pelo cego e manco recebiam a conotação de pedintes ou rejeitados sob uma perspectiva de medo da “doença” que traziam (RODRIGUES; LIMA, 2017).

As pessoas com transtornos intelectuais nesse período histórico, identifica-se que as mesmas eram consideradas, segundo a literatura antiga, como bobos ou palhaços, o que fazia com que suas funções sociais se restringissem a divertir os senhores e seus hóspedes. Ainda nesse sentido, verifica-se também que na época medieval essas pessoas, taxadas como “retardados mentais” anteriormente, passaram a representar para a natureza religiosa, no plano da metafísica, uma figura “demoníaca” que precisava ser contida (STRELHOW, 2018).

Com base nessa perspectiva de relatos históricos, constata-se que as políticas públicas que visam a inclusão das pessoas com deficiência nos diferentes âmbitos sociais se fundamentam, primordialmente, além da derrubada de barreiras que são impostas a essa população em diferentes locais e de diferentes formas, como uma retratação histórica como “resgate” dos direitos que são atribuídos a essas pessoas, mas que, em muitas das circunstâncias, não foram vivenciados por elas (SEHNEM; PAVÃO, 2019).

A partir desse contexto e de acordo com a Lei nº 13.146/2015, que institui a inclusão da pessoa com deficiência, compreende-se como inclusão as ações tomadas pelos atores públicos e privados no que se refere a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência para que essas possam praticar diferentes atividades que são atribuídas para qualquer outro cidadão. Dessa forma, cria-se a necessidade de se elucidar o termo acessibilidade, que de acordo com Brasil (2015) pode ser interpretado como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, LEI N.º 13.146/2015, art. 3º).

As barreiras em sociedade as quais a concessão de acessibilidade busca transpor se traduzem em dificuldades urbanísticas, arquitetônicas, no transporte, nas comunicações e informação, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, LEI nº13.146/2015). Tais desafios fazem com que, uma simples ida a rua, consumo em uma organização ou o exercício do trabalho em algum emprego para as pessoas com deficiência sejam encaradas como atividades que geram estresse e que, em muitas das vezes, são inviáveis de serem realizadas (SASSAKI, 2007).

As políticas públicas nesse meio, representam o conjunto de ações que visam gerar a inclusão social das pessoas com deficiência, por meio da promoção da acessibilidade nos diferentes espaços sociais e regionais, de maneira a adaptar as decisões tomadas de acordo com as necessidades específicas daquele âmbito e de forma a atender a demanda dessa parcela da população na localidade evidenciada (FRAGA; SOUSA, 2009).

2.3. Acessibilidade como meio para transpor barreiras

A nível nacional e de acordo com o artigo 8º da Lei 5296/2004, a acessibilidade é definida como a condição que possibilita o uso seguro e autônomo, seja de forma total ou com assistência, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, bem como dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação. Essa definição visa garantir a inclusão e participação plena de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, observa-se que em 2015 foram implementadas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas de número 9050 (NBR 9050), acerca dos mecanismos de acessibilidade, com o objetivo de regulamentar as questões relacionadas ao termo e proporcionar a garantia da segurança e autonomia das PcD. Essas normas estabelecem diretrizes para garantir a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, como calçadas, rampas, piso tátil e vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência. Tais diretrizes têm como base o conceito de desenho universal, que visa criar ambientes acessíveis a todas as pessoas.

Com base nesse conjunto de normas, compreende-se como acessibilidade, a garantia universal de acesso a espaços, edificações, mobiliários, equipamentos urbanos ou elementos para todas as pessoas, independentemente de suas necessidades (NBR 9050, 2004). A promoção do acesso para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida se embasa no princípio da equidade de forma a utilizar de adaptações no ambiente físico as quais garantam a igualdade no acesso desses indivíduos aos ambientes de convívio (SIOTA, 2013).

Além das barreiras arquitetônicas que restringem as atividades exercidas pela PcD, essas pessoas também enfrentam barreiras atitudinais que exercem influências negativas sobre a sua convivência em sociedade (GODBEY; CRAWFORD; SHEN, 2010). Tais barreiras são fundamentadas nas relações interpessoais, sendo caracterizadas pelo preconceito, falta de tolerância, discriminação e não promoção de adaptações às necessidades específicas da pessoa com deficiência (RIBEIRO, 2011).

De forma a interpretar as tipologias principais de acessibilidade existentes destaca-se a acessibilidade arquitetônica, que se refere à adaptação do ambiente físico, incluindo edificações, mobiliário e espaços urbanos, de forma a garantir o acesso e a utilização segura e autônoma pela pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida (LUSARDI; BUCHNER, 2011). Autores como Lefèvre (2007) abordam essa dimensão, enfatizando a importância da promoção de elementos aos espaços públicos, como rampas, corrimãos, elevadores acessíveis e sinalização adequada para que a PcD seja incluída nos locais físicos.

Acessibilidade comunicacional, por sua vez, envolve a disponibilização de informações e meios de comunicação de maneira acessível a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades sensoriais, cognitivas e/ou linguísticas. Esse tipo de acessibilidade pode ser alcançado a partir da promoção de recursos como legendas em vídeos, interpretação com base em língua de sinais, tradução em Braille e formatos alternativos de textos (GOGGIN; NEWELL, 2003). De maneira semelhante, destaca-se a acessibilidade digital, referindo-se ao pleno acesso às plataformas, *websites*, aplicativos e outras tecnologias do ramo informacional, sendo promovida a partir do desenvolvimento de interfaces e conteúdos digitais que sejam utilizáveis por pessoas com diferentes habilidades e necessidades, que podem ser expressos por recursos, como, navegação por teclado, legendas e compatibilidade com leitores de tela (VANDERHEIDEN, 2012).

Por último, tem-se a acessibilidade social que abrange a remoção de barreiras e a promoção da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais, com base em princípios de equidade (OLIVER, 1990). Essa

acessibilidade se faz presente em todas as outras e se fundamenta na promoção da diversidade e diluição das discriminações sociais, sendo a principal combatente da barreira atitudinal (MEEKOSHA; SHUTTLEWORTH, 2009).

Para que haja de fato a inclusão social da pessoa com deficiência é necessário o conhecimento acerca dos tipos de acessibilidade demandados pelas PcD e a garantia efetiva de todas elas, tendo em vista que alcançar apenas a inclusão arquitetônica, por exemplo, sem considerar a mudança de atitude perante a essas pessoas em outros meios não surte o efeito desejado e faz com que a PcD se sinta ainda mais excluída da esfera social (FIGUEIRA, 2021).

Nesse sentido, conclui-se que é a partir da articulação entre os diferentes meios, para promoção da acessibilidade de forma integral é que se faz possível a inclusão da pessoa com deficiência ao âmbito social, o que exemplifica a relação existente entre os termos de acessibilidade (caminho) e inclusão (consequência).

3. MARCO TEÓRICO

3.1. Políticas Públicas, seus Instrumentos e o Processo Político

O conceito de políticas públicas é difundido por diversos autores, que caracterizam o termo com definições diferentes. Nesse sentido, para fins desse estudo emprega-se a definição atribuída por Subirats et al. (2008) que compreende como política pública o montante de ações que são realizadas pelos atores governamentais e não-governamentais com a finalidade de promover as soluções de problemáticas advindas do âmbito coletivo. Ainda nessa perspectiva, entende-se que a ação política extrapola os limites da mera resolução de problemas públicos, abrangendo também a intencionalidade das condutas tomadas, ou seja, o objetivo central que faz com que uma política seja construída (SECCHI, 2015). À vista disso, Secchi (2014) compreende como as fases para a constituição de uma política pública as etapas que se traduzem em identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção ou término da política pública, devido a mudanças políticas, pelo não atingimento dos resultados ou finalização face à solução do problema.

Nesse sentido, verifica-se que a fase destinada a avaliação dessas políticas públicas faz-se essencial para apuração da eficácia dessas ações nos diversos âmbitos sociais (RAMOS; SCHABBACH, 2012), podendo esse tipo de diagnóstico ser realizado segundo a concepção da

policy analysis que compreende como etapas desse processo, segundo Bardach (2001), os seguintes passos: definição da problemática, obtenção de informações, desenvolvimento de alternativas, seleção de critérios de análises, evidenciação dos resultados e confrontação entre os pontos positivos e negativos identificados.

Haja vista esse seguimento, compreende-se a relevância da realização de análise de uma mesma política pública em localizações diferentes, de forma a considerar que as variáveis que circundam a implementação da mesma sofrem alterações em diferentes localidades e níveis federativos, devido aos distintos arranjos e dinâmicas empregadas (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

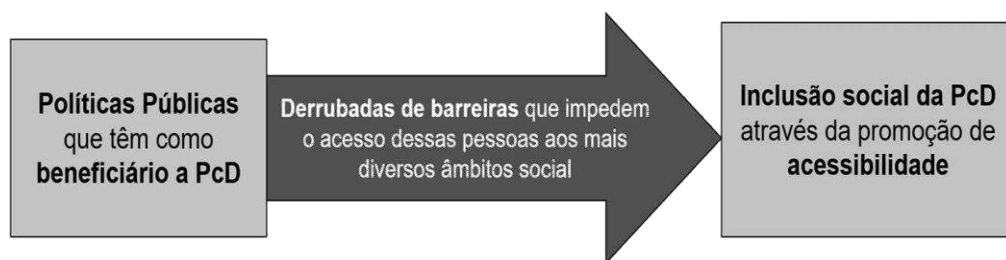
Segundo Dye (2005) os modelos que se propõem a estudar as políticas públicas e avaliar os seus respectivos desempenhos têm como finalidade contribuir para o entendimento dos aspectos principais de uma política, o que gera uma maior compreensão sobre os resultados dessa ação e suas consequências. Nessa perspectiva, as políticas públicas podem ser compreendidas segundo a contextualização do modelo incremental, que as interpretam como tomadas de decisões que tendem a dar continuidade a planos e programas políticos já vigentes e que foram implementados por governos anteriores (DYE, 2005).

Ainda de acordo com Dye (2005) identifica-se que as políticas que são desenvolvidas se traduzem, em sua grande maioria, em acréscimos aos compromissos políticos firmados precedentemente. Tal interpretação faz com que seja de suma importância a análise de políticas que já se encontram em curso no que se refere a um âmbito específico da esfera social, a fim de compreender o embasamento de políticas públicas que estão em desenvolvimento e que possuem como foco de estudo a mesma área.

Quando evidenciado o tema de políticas públicas sob a conotação de tratamento de problemas estruturais é possível a associação do mesmo às ações que contemplam a parcela da população brasileira representada pelas pessoas com algum tipo de deficiência.

De acordo com esse tema, identificam-se as políticas públicas, nesse sentido, como um meio de transpor as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência na hora de exercer os seus diversos papéis em sociedade (SEHNEM; PAVÃO, 2019). Para tanto, prever-se a realização da inclusão dessas pessoas no âmbito social através da concessão de acessibilidade. Para um maior entendimento acerca da relação existente entre políticas públicas, acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, faz-se necessária a o que se representa por meio da Figura 1, que resume a ideia desses três termos quando em sinergia.

Figura 1. Políticas Públicas como Instrumento de Inclusão da Pessoa com Deficiência



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

As políticas públicas que apresentam a PcD como beneficiários têm como fundamentação definir os parâmetros necessários para que seja possível a promoção da acessibilidade, ou seja, para que os contextos físicos, comunicacionais e interpessoais sejam adequados às necessidades das pessoas com deficiência. Com base nessa adequação a inclusão social da PcD efetivamente ocorre.

A formulação e implementação de políticas públicas envolvem o uso de diferentes instrumentos que visam alcançar os objetivos desejados pelo governo no que tange a realização da política. Dessa forma, verifica-se que diversos autores de referência contribuíram para o desenvolvimento de teorias e conceitos relacionados aos instrumentos utilizados nesse meio.

Um dos autores de destaque nesse campo é Hood (1998), que identificou uma ampla gama de instrumentos, incluindo incentivos econômicos, regulamentação, educação, persuasão, padronização e comandos diretos. Ele destaca a importância de considerar a eficácia, a eficiência e a legitimidade desses instrumentos ao projetar políticas públicas (HOOD, 1998). Outro autor relevante é Bardach (2012), que propôs um caminho de oito etapas para análise e formulação de políticas, que envolve a identificação de problemas, a definição de objetivos, a busca de alternativas, a avaliação de consequências, a escolha da melhor alternativa, o desenvolvimento de instrumentos adequados, a implementação e a avaliação contínua. Este último autor ainda enfatiza a importância de selecionar instrumentos que sejam apropriados para alcançar os resultados desejados a partir da formulação de políticas (BARDACH, 2012).

Além disso, Pal (2010) discute a gestão de questões públicas em um contexto complexo e em constante mudança, destacando a necessidade de os formuladores de políticas serem flexíveis e adaptáveis, utilizando uma variedade de instrumentos, como parcerias público-privadas, consultas públicas, redes de atores e abordagens baseadas em evidências. O autor

também ressalta a importância de combinar diferentes instrumentos para lidar com problemas complexos e multifacetados que são focos de políticas (PAL, 2010).

3.2. O Problema Público e a Formação de Agenda

Assim como para as políticas públicas, também são muitas as definições dadas por diferentes autores sobre a caracterização de um problema público, Sjöblom (1984) interpreta esse termo como sendo a discrepância entre a situação atual em comparação com uma situação ideal que possui o potencial de ser alcançada. De forma a agregar à essa definição, observa-se que um problema somente assume uma forma pública se for percebido e considerado relevante por uma quantidade ou qualidade notável de pessoas (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Ainda nesse sentido, entende-se como problema público as demandas da sociedade e do Estado que são respondidos, como solução, pelo desenvolvimento de políticas públicas. Sendo possível também compreender esse termo como uma construção social gerada por uma mudança no *status quo* (estado das coisas) que pode ser causada por eventos, crises, respostas às ações governamentais e indicadores sociais, envolvendo a interpretação do coletivo sobre a situação (CAPELLA, 2006). Ao se analisar as diferentes conceituações verifica-se que as mesmas podem ser descritas como complementares e auxilia na compreensão daquilo que pode ser intitulado como o foco de esforços que dão origem as políticas públicas.

Constata-se como sendo a primeira etapa desse ciclo, de acordo com Frey (2000), a definição do problema. Nesse estágio, os grupos de interesse geram influências decisivas para a ascensão de algumas questões em detrimento de outras, visto que o processo político não apresenta capacidade de atender com políticas públicas a todas as problemáticas observadas em sociedade de uma única vez, sendo, assim, imprescindível as ações afirmativas que buscam chamar a atenção pública para que um problema seja resolvido (BIRKLAND, 2007). Tal fato contribui para a percepção da importância de dar destaque às questões relevantes em sociedade, como a falta de inclusão da pessoa com deficiência aos âmbitos sociais, objetivando dar visibilidade política a essa questão e fazer com que a mesma seja definida como um problema público para que possa integralizar a agenda governamental, que se traduz como a segunda etapa do ciclo de políticas públicas.

Por agenda governamental compreende-se a classificação, em formato de lista, dos termos ou problemas que recebem maior destaque naquele momento pelos agentes governamentais (KINGDON, 1995). Em outras palavras, pode-se dizer que a agenda reúne os

problemas públicos mais debatidos dentro da esfera política, que serão foco das ações de desenvolvimento de uma política pública (THEODOULOU, 1995).

Acerca do assunto, Kingdon (1995) disserta sobre os critérios de inclusão de uma determinada questão à agenda governamental que pode envolver um ou mais dos seguintes fatores:

- i) Quando ocorre a mobilização política relativa a uma situação. Sendo esse movimento político advindo de grandes grupos, de grupos pequenos que apresentam grande influência na área política ou de indivíduos que possuem posicionamentos estratégicos em cargos públicos ou privados.
- ii) Em uma ocasião em que houve um acontecimento trágico e grave, fazendo com que seja mais fácil lidar com a oneração de resolução da problemática do que com os custos altos de não se resolver.
- iii) Situação que se forem resolvidas se caracterizam como uma vantagem para os agentes políticos.

Com base na percepção desses fatores, constata-se a importância de diferentes sujeitos sociais para a composição de uma agenda, observando-se a influência e papel de cada um deles nesse estágio do desenvolvimento de uma política pública. A sociedade, de forma geral, pode trazer visibilidade a uma questão, os grupos de interesse podem incluir um tópico às pautas debatidas e os agentes governamentais possuem a capacidade de mobilizar esforços para que o processo político justifique a decisão de resolução de um problema público (JANN; WEGRICH, 2007).

De acordo com Kingdon (1995), há três fluxos independentes que podem convergir para que uma pauta entre na agenda governamental. O primeiro fluxo, que pode ser denominado como o de problemas, refere-se ao reconhecimento de um problema social que exige uma ação governamental. Diversos fatores podem contribuir para que uma problemática ganhe atenção e se torne uma pauta na agenda pública, alguns deles incluem: crises ou emergências, como desastres naturais ou eventos que chamam a atenção da mídia e do público; a ampliação da conscientização sobre um problema, seja por meio de pesquisas, estudos ou ativismo; mudanças nas atitudes e valores da sociedade, que podem fazer com que certas questões sejam vistas como mais relevantes; e *feedbacks* de descontentamento sobre políticas já existentes (KINGDON, 1995).

O segundo fluxo é caracterizado como de políticas e contempla a formulação de soluções para os problemas identificados. Nessa etapa, diversos atores, como especialistas, grupos de

interesse, pesquisadores e formuladores de políticas, apresentam propostas e alternativas para lidar com os problemas em questão. Esse fluxo prevê a análise dessas propostas e a seleção daquelas que são consideradas viáveis, eficazes e politicamente aceitáveis para as questões levantadas (KINGDON, 1995).

O último, fluxo de política pública, concerne ao contexto político em que as soluções propostas são avaliadas e adotadas ou rejeitadas. Fatores políticos, como a vontade política, o apoio de grupos de interesse, as coalizões políticas e as restrições orçamentárias, desempenham um papel importante na decisão de colocar determinada pauta na agenda governamental. A janela de oportunidade política, que se exemplifica pela convergência dos fluxos e pode ser influenciada por eventos externos, eleições, mudanças de governo ou crises, também desempenha um papel crucial na determinação de quais problemas e políticas receberão atenção prioritária (KINGDON, 1995). Sendo assim, a interação desses três fluxos pode levar à identificação de um problema, à formulação de soluções e à tomada de decisões políticas em busca de abordar tal questão na agenda pública.

Ainda nesse contexto e com base na literatura observa-se que os atores públicos atuam não apenas motivados pela problemática pública, como também a partir de grupos e situações de interesse. Nesse sentido, estudos como o empreendido por Mitra e Sambamoorthi (2014) destacam outros pontos acerca da pauta de inclusão da PcD que podem servir como motivações para o desenvolvimento de políticas na área, como os benefícios sociais e econômicos, a melhor qualidade de vida, redução da segregação e estimulação da participação ativa que o desenvolvimento dessa pauta pode trazer. Além disso, a inclusão da PcD em ambientes, como o mercado de trabalho, também contribui para o crescimento econômico e a diversidade de habilidades (BALDWIN et al., 2019).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa empreendida nesse trabalho apresenta características de uma análise descritiva, prevendo o levantamento de dados secundários para a constituição da unidade de análise. Assim sendo, a abordagem do estudo se fez predominantemente pautada em características qualitativas. Os dados levantados se resumem em: estudos acerca do histórico da pessoa com deficiência em sociedade, legislações pertinentes à temática e artigos publicados em periódicos que abordaram o objetivo de investigar políticas públicas para a pessoa com deficiência.

O viés qualitativo, que embasa o presente trabalho, é uma abordagem de pesquisa que evidencia compreender os fenômenos sociais complexos, enfocando a subjetividade, os significados e os contextos nos quais esses fenômenos ocorreram. Segundo Creswell (2013), essa abordagem envolve a coleta de dados descritivos, a análise interpretativa e a compreensão dos processos sociais e culturais. Para Denzin e Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa é caracterizada por estudos que buscam a compreensão profunda e contextualizada dos eventos e das experiências dos participantes.

Ainda no que tange as definições, diversos autores têm contribuído para a caracterização da pesquisa exploratória, que exemplifica este estudo. Uma das principais referências nessa área é Gil (2010), que define a pesquisa exploratória como uma investigação preliminar realizada com o objetivo de ampliar o conhecimento e obter maior familiaridade com o fenômeno estudado, sem a pretensão de oferecer uma análise conclusiva. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa é marcado pela flexibilidade e pela abertura para o surgimento de novas ideias e perspectivas (GIL, 2010).

Outro autor importante que destaca a natureza qualitativa da pesquisa exploratória é Creswell (2013), segundo ele, esse tipo de pesquisa é utilizado quando se deseja explorar, descrever e entender um fenômeno complexo, buscando *insights*, ideias e perspectivas dos participantes envolvidos no estudo.

No que diz respeito a divisão da presente pesquisa, verifica-se que o estudo se dividiu em duas partes, onde primeiro foi traçado um histórico acerca da PcD em sociedade, de forma a abranger linhas cronológicas de termos utilizados para se retratar a esse público e das políticas públicas que foram implementadas ao longo dos anos com foco na inclusão social. A segunda etapa, por sua vez, se caracterizou pela realização de uma revisão sistemática de literatura, compreendendo a análise de conteúdo a partir da utilização do *software* IRAMUTEQ para tratamento de dados.

Nesse sentido, observa-se na literatura o destaque do *software* IRAMUTEQ quando se aborda o tratamento de dados dentro de uma perspectiva qualitativa, sendo representante de uma ferramenta computacional desenvolvida para auxiliar na análise textual e na organização de dados em estudos. Essa ferramenta é amplamente utilizada em pesquisas que envolvem análise de conteúdo, fornecendo recursos para a identificação e classificação de temas, a realização de análises estatísticas e a visualização dos resultados obtidos (CARMARGO; JUSTO, 2013).

No que se refere a revisão sistemática de literatura realizada, essa etapa foi conduzida com o auxílio do protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA). O Prisma é composto por um *checklist* de 27 itens e um fluxograma de quatro etapas que guiam a descrição dos elementos necessários em uma revisão sistemática: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão (MOHER et al., 2015).

Como procedimentos de busca utilizou-se, para fins desse estudo, o acervo digital disponível no site “Portal Periódicos CAPES” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). No site, clicou-se na opção de busca por assunto e o descritor buscado foi “Pessoas com deficiência”, sendo encontrados 6.296 trabalhos. O próximo passo foi a etapa de identificação dos trabalhos, onde os filtros de pesquisa foram utilizados na área de pesquisa avançada, sendo adicionado o termo “Políticas Públicas” e optado pela opção de documentos “artigos”, resultando em 979 trabalhos. Vale ressaltar que as buscas descritas se embasaram em estudos a partir do ano 2000, já que o objetivo central da revisão era resgatar um histórico mais aprofundado sobre as publicações do tema e também de que as buscas ocorreram em janeiro de 2023.

Para a próxima etapa, que se caracteriza como a de seleção, foi aplicado como critério os artigos que apresentavam a união dos termos “Políticas Públicas para a Pessoa com deficiência” em seu título, indicando a presença de interseção entre os temas, onde a quantidade de trabalhos foi reduzida para 29 itens. Na etapa final de mineração dos dados, caracterizada como a fase de elegibilidade, mediante a análise dos artigos foram excluídos aqueles que eram repetidos e os que o tema central da pesquisa não condiziam com o propósito abordado no título do trabalho, resultando em 23 artigos que foram qualificados para a análise textual e o prosseguimento da revisão. Na Figura 2 detalha-se esse processo de operacionalização da técnica PRISMA.

Figura 2. Aplicação do modelo, segundo critérios do PRISMA



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Após a operacionalização dos filtros e eleição dos 23 artigos, foi constituído o *corpus* do estudo, que se caracterizou como o *input* básico para inserção de informações no *software* IRAMUTEQ, tendo como principal objetivo analisar os textos ali contidos. À vista desse contexto, destaca-se a análise textual, de forma mais específica a análise de conteúdo, tendo como referência os estudos empreendidos por Bardin (2016). Segundo a autora, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de pesquisa que têm como objetivo analisar o conteúdo das mensagens, buscando inferências sistemáticas e válidas a partir dos dados obtidos (BARDIN, 2016). Os dados da presente pesquisa foram tratados sob a perspectiva da análise de conteúdo através da utilização do *software* IRAMUTEQ.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Terminologia histórica da pessoa com deficiência

O termo técnico para designar a pessoa com deficiência não se exemplifica apenas como uma questão semântica, mas também diz respeito a mais um caminho para se construir a inclusão dessa parcela da população que foi marcada historicamente pelo preconceito e estigma

social. Nesse sentido, faz-se necessária uma dedicação especial neste texto ao assunto com base em sua suma importância e para que se compreenda a evolução dessa terminologia.

Os vocábulos “aleijado”, “defeituoso”, “incapacitado” e “inválido” são exemplos de expressões que eram utilizadas e, de certa forma, validadas até a década de 80 para corresponder a pessoa com deficiência (DINIZ, 2012). A partir da influência trazida pela proclamação do chamado Ano Internacional das Pessoas Deficientes em 1981 o cenário começou a se modificar, com o acréscimo do termo “pessoa”, aos poucos as expressões com maior uso passaram a ser “pessoa deficiente”, “pessoa portadora de deficiência”, ou, de forma mais reduzida “portadores de deficiência”, sendo esse último termo o mais usado no Brasil entre os anos de 1986 a 1996 (SASSAKI, 2006).

Os debates levantados no final da década de 90, em uma escala mundial, culminaram, mais uma vez, na evolução terminológica desse termo. Representantes das pessoas com deficiência iniciaram discussões onde os mesmos alegavam, continuamente, que a deficiência não é algo que essas pessoas portavam, como um acessório ou algo do tipo, muito menos se viam delimitados a sua deficiência. Com base nessas declarações e nos avanços políticos e sociais acerca do tema, os termos “portador de deficiência” ou “pessoa portadora de deficiência” e “pessoa deficiente” caíram em desuso e passaram a exemplificar formas erradas de se remeter a esse grupo (ARAÚJO, 2012).

À vista desses debates mundiais e das movimentações históricas proporcionadas por eles, no dia 13 de dezembro de 2006 o termo aprovado e preferível pela própria população designada, a se dizer “pessoa com deficiência”, foi utilizado pela primeira vez no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, escrito pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, ratificado, posteriormente, pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 (ONU, 2006). A partir de então, no Brasil, a grafia da sigla correta e recomendada a se utilizar é PcD, que significa “pessoa com deficiência”. Vale ressaltar que esta sigla PcD é invariável e corresponde tanto ao singular quanto ao plural da expressão “pessoa com deficiência”.

Os avanços terminológicos citados também receberam as inflexões “pessoa com deficiência auditiva”, “pessoa com deficiência intelectual”, “pessoa com deficiência física” e outras adaptações de acordo com o tipo de deficiência que a pessoa apresenta (SASSAKI, 2005). Ainda nesse sentido, além dos termos citados anteriormente no presente texto que eram utilizados até a década de 80, algumas outras expressões também deixaram de ser validadas como, por exemplo, a utilização dos vocábulos “pessoas normais” e “escola normal”,

designando-se, respectivamente, a pessoas que não apresentam deficiência e escola que não é adaptada às PcD. Os termos corretos, nas situações citadas são “pessoa sem deficiência” e “escola regular”, já que as pessoas com deficiência não deixam de ser pessoas normais, assim como a escola especial ou inclusiva também não deixa de ser normal (SASSAKI, 2005).

No Quadro 1 exemplifica-se o caminho histórico percorrido pelas formas de tratamento da pessoa com deficiência ao longo dos anos, evidenciando os termos utilizados e o contexto social no qual os mesmos se inserem.

Quadro 1. Terminologia da Pessoa com Deficiência ao Longo dos Anos

PERÍODO HISTÓRICO	TERMO UTILIZADO	CONTEXTO SOCIAL
Século XIX	“Inválidos”	Apresentava uma conotação de um indivíduo sem valor perante a sociedade, primordialmente pela a incapacidade para o trabalho que antes era atrelada a visão da pessoa com deficiência. Esse termo era utilizado em livros, leis, nomes de instituições e mídias jornalísticas (GOFFMAN, 1988).
Século XX até meados de 1960	“Incapacitados” e “Incapazes”	Esse termo foi considerado um “avanço”, tendo em vista a expressão anteriormente utilizada. Seu significado designava-se a “indivíduos que não são capazes”. No início da década de 60 passa-se a ser atrelado a um significado de “indivíduos com capacidades residuais”, ou seja, pela primeira vez foi reconhecida a representatividade de uma capacidade às pessoas com deficiência, ainda que de forma reduzida. Vale ressaltar que nesse período da história, o senso-comum considerava que qualquer que fosse o tipo de deficiência que era acometida pela pessoa (seja ela motora ou intelectual) acarretaria, necessariamente, na eliminação ou redução de capacidades correlacionadas aos aspectos: físico, social, psicológico e profissional. Assim como o anterior, esse termo era utilizado em todos os veículos e tipos de comunicação para se designar as pessoas com deficiência.

Continua...

Quadro 1. Terminologia da Pessoa com Deficiência ao Longo dos Anos

(Continuação)

PERÍODO HISTÓRICO	TERMO UTILIZADO	CONTEXTO SOCIAL
De 1960 até meados 1980	“Defeituosos”, “Deficientes” e “Excepcionais”	Essas três expressões passam a representar a pessoa com deficiência como uma forma de tentativa do esforço social em focar nas deficiências ao invés de reforçarem as ações que as pessoas com deficiência não conseguiam realizar sem a necessidade de acessibilidade. Por “defeituosos” compreendia-se “indivíduos que apresentavam deformidade, em sua maioria, relacionada ao aspecto físico”. “Deficiente” designava-se ao “indivíduo, que por conta de apresentar deficiência física ou mental, não conseguia usufruir das atividades básicas do cotidiano como os outros indivíduos sem deficiência”. “Excepcional”, por sua vez, representava, nesse primeiro momento histórico, “indivíduos com deficiência mental”. Concomitante ao uso desses termos, iniciou-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (que após alguns anos, passou a ser reconhecidas como “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de alta habilidade”). Tal movimento ressaltou que o uso do termo “excepcionais” não poderia se referir, de forma exclusiva, as pessoas que tinham deficiência mental, tendo em vista que as pessoas consideradas superdotadas, também são “excepcionais” por fazer parte das mesmas extremidades da curva da inteligência humana.
De 1981 até 1987	“Pessoas deficientes”	Marco histórico para a luta das pessoas com deficiência: pela primeira vez, em 1981 utilizou-se, pela Organização das Nações Unidas – ONU, o substantivo “pessoas”, fazendo com que “deficientes” passasse a ser somente um adjetivo. Mais do que a adição de um nome, ter o termo “pessoas” antes do termo “deficientes” significou para a PcD a atribuição de valor, de forma a igualá-la aos demais membros da sociedade. Após esse marco, nenhum veículo de mídia ou legislação se referiu a pessoa com deficiência como “indivíduo”.

Continua...

Quadro 1. Terminologia da Pessoa com Deficiência ao Longo dos Anos

(Continuação)

PERÍODO HISTÓRICO	TERMO UTILIZADO	CONTEXTO SOCIAL
De 1988 até 1993	“Pessoas portadoras de deficiência” e “Portadores de deficiência”	Esse termo somente foi utilizado nesse período em países onde a língua materna era a língua portuguesa, surgindo como uma proposta de substituição de “pessoas deficientes”, já que essa última expressão foi criticada pelas organizações de pessoas com deficiência que alegaram a sinalização que a pessoa inteira era definida pela deficiência, sem levar em consideração seus outros atributos. Com o uso popular, passou-se a se abreviar esse vocativo para “portadores de deficiência. “Portar uma deficiência” passou a ser um detalhe pertinente a pessoa com deficiência, um valor agregado a ela. A expressão foi adotada pela Constituição Federal de 1988 e pelas constituições dos estados, além de fazer parte de políticas pertinentes ao assunto, bem como de conselhos, coordenadorias e associações.
De 1990 até os dias atuais	“Pessoas com necessidades especiais”, “Pessoas especiais” e “Portadores de direitos”	Segundo a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB de 2001, em seu artigo 5º, nº 2, as “necessidades especiais” decorrem de situações que são potenciais de dificuldades para o acesso das pessoas com deficiência, passando-se, a partir dessa Resolução, a ser um valor agregado a essas pessoas e utilizado como uma forma de substituir a expressão “deficientes”. “Pessoas especiais” surge como uma forma reduzida do termo anteriormente explicado, ganhando algumas derivações ao longo do tempo, como, por exemplo: “crianças especiais”, “pacientes especiais” e “alunos especiais”. Como a utilização da palavra “especial” veio como um amenizador de “deficiente”, esse termo não é bem-visto pelos representantes das pessoas com deficiência, haja vista que é um adjetivo comum, aplicável a qualquer pessoa. Nesse interim, “portadores de direitos” surgiu, todavia não é um termo um tanto quanto inviabilizado, já que a palavra “portador” vem sendo questionada por representar o significado de “portar” ou “carregar” alguma coisa e a deficiência não é algo que a PcD carrega consigo, mas sim parte de sua característica.

Continua...

Quadro 1. Terminologia da Pessoa com Deficiência ao Longo dos Anos

(Conclusão)

PERÍODO HISTÓRICO	TERMO UTILIZADO	CONTEXTO SOCIAL
De 2000 até os dias atuais	“Pessoas com deficiência”	“Pessoas com deficiência” passou a ser utilizado com frequência a partir dos anos 2000 e é o termo preferível pela maioria das organizações que representam as pessoas com deficiência, apesar ter existido estudiosos que criticaram o seu uso, como é o caso de Oliver e Barner (1998), por afirmarem em seu estudo que a expressão era taxativa. Em contrapartida aos dois autores citados anteriormente, Sassaki (2006) reafirma em seus estudos a predominância da expressão “Pessoas com deficiência”, que apresenta como sigla o termo “PcD”, e é a expressão mais difundida e aceita pelas pessoas com deficiência. Vale ressaltar que o termo “Portadores de deficiência” também é utilizado, todavia em menor escala e menos aceito perante a população composta pelas PcD.

Fonte: Adaptado de Sassaki (2002), em adição com visões de outros autores citados no corpo do Quadro.

A partir do conhecimento acerca dos termos utilizados para refletir a PcD em sociedade, e em vista da contextualização histórica que embasou as formas de tratamento utilizadas, é possível identificar o avanço da pauta de inclusão social desse público. Isso porque, com base nas movimentações ocorridas nesse meio, as consequências podem ser observadas pelas mudanças nos termos utilizados para se referenciar a pessoa com deficiência.

5.1 Recorte Histórico das Políticas Públicas para as PcD no Brasil

No Brasil, os primeiros ecos históricos de representação das pessoas com deficiência nas decisões governamentais passaram a ecoar em meados da década de 1960. Esse período foi marcado pelos primeiros discursos sociais em prol de reivindicar junto aos atores públicos o direito à convivência social pela PcD (FRANÇA et al., 2010). Tal mobilização em diferentes esferas da sociedade possibilitou a visualização desse grupo social como sujeitos politizados, o que contribuiu para que o Estado assumisse a responsabilidade de garantir que tomadas de decisões de cunho público fossem promovidas para atender as pessoas com deficiência. Foi a partir desse momento da história do país que as pessoas com deficiência passaram a de fato constituir pauta na agenda pública (BERNARDES et al., 2009).

Os anos que compuseram a década de 1970 representaram o início do envolvimento da PcD na esfera pública como voz ativa nas decisões que envolviam esse público, embasando-se

no lema “Nada sobre Nós sem Nós”, expressão difundida internacionalmente que sintetiza com esse período da história (SASSAKI, 2007). Essa maior representação pública fez com que houvesse uma tentativa de mudança nas perspectivas das políticas públicas brasileiras para as pessoas com deficiência, se antes as ações se concentravam na área da educação e em obras de caridade e assistencialismo, a partir desse período as tomadas de decisões passaram a levar em consideração a integração da PcD aos diferentes âmbitos sociais (MELO, 1998).

O final da década de 80, por sua vez, foi marcado pela Constituição de 1988 que, dentre muitos pontos, trouxe avanços no que diz respeito às questões sociais, para garantia de direitos e constituição de cidadania (BRASIL, 1988). No entanto, para as pessoas com deficiência, apesar desse marco legal ter garantido direitos básicos e essenciais à essa parcela da população, ainda foi mantido o viés de assistencialismo dessas tomadas de decisões. Em outras palavras, manteve-se na Constituição de 1988 uma visão da pessoa com deficiência como dependentes de assistência e não como sujeitos ativos em sociedade o que refletiu em atraso no processo de inclusão social desse público e da participação do mesmo no desenvolvimento do país (LIMA, 2007).

Após a Constituição Federal de 1988 (CF88), as décadas de 1990 e 2000 representaram avanços para as pautas contornarias a pessoa com deficiência nas políticas públicas, sendo evidenciada uma série de legislações que foram fixadas nesse período e que refletem no contexto atual dos direitos que são garantidos à PcD no Brasil. A relação das principais tomadas de decisões públicas acerca do tema pode ser visualizada a partir do Quadro 2.

Quadro 2. Legislações para a PcD de 1990 a 2022

Lei/Decreto /Portaria	Principais Atribuições	Beneficiários: Pessoa com Deficiência			
		G	A	V	I
	G - Geral; A – Auditiva; V- Visual; I - Intelectual				
Lei Federal nº 8.213/91	Conhecida vulgarmente por “Lei de Cotas” dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providencias. Para as pessoas com deficiência representa uma ação afirmativa que garante a inserção desse público no mercado de trabalho.	X			
Lei Federal nº 8.899/94	Dispões sobre a concessão de passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo público interestadual.	X			

Continua...

Quadro 2. Legislações para a PcD de 1990 a 2022

(Continuação)

G - Geral; A – Auditiva; V- Visual; I - Intelectual		G	A	V	I
Decreto nº 3.298/99º – Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	Regulamenta a Lei nº 7.853/89, garantindo apoio a integração das pessoas com deficiência na esfera social, no que diz respeito ao acesso à saúde: serviços especializados em reabilitação, tratamentos e garantia de acesso aos centros hospitalares.	X			
Lei Federal nº 10.048/2000	Concede prioridade no atendimento às pessoas com deficiência e definem normas de construção para facilitar o acesso desse público em logradouros e sanitário públicos, bem como em edifícios e locais abertos.	X			
Lei Federal nº 10.098/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	X			
Decreto Federal nº 3.956/2001	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.	X			
Portaria nº 10.060/2002 – Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência	Abrange o detalhamento acerca da garantia do acesso a saúde pela PcD, tendo em vista o Sistema Único de Saúde (SUS) e as diversas instâncias governamentais e não-governamentais.	X			
Lei Federal nº 10.436/2002	Lei da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais e os recursos de expressão a ela associados.		X		
Decreto Federal nº 5.296/2004	Regulamenta as Lei nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000.		X		
Decreto Federal nº 5.626/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002.	X			
Lei Federal nº 11.126/2005	Disserta sobre a concessão do direito da pessoa com deficiência visual em entrar e permanecer em ambientes coletivos acompanhado de cão-guia.			X	

Continua...

Quadro 2. Legislações para a PcD de 1990 a 2022

(Continuação)

G - Geral; A – Auditiva; V- Visual; I - Intelectual		G	A	V	I
Decreto Federal nº 5.904/2006	Regulamenta a Lei Federal nº 11.126/2005.			X	
Decreto Federal nº 6.949/2009	Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	X			
Resolução nº 27/2009	Sugestão aos Tribunais para a implementação de medidas visando à eliminação de obstáculos físicos, arquitetônicos, de comunicação e atitudinais, a fim de proporcionar acesso pleno e irrestrito as pessoas com deficiência em suas instalações e serviços, assegurando o exercício pleno de seus direitos. Além disso, foi recomendado a criação de comissões de acessibilidade.	X			
Lei Federal nº 12.319/2010	Lei que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)		X		
Decreto nº 7.612/2011	Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver Sem Limites)	X			
Lei Federal nº 12.764/2012	Políticas Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Berenice Plana)				X
Decreto Federal nº 8.368/2014	Regulamenta a Lei nº 12.764/2012.				X
Portaria nº 2.776/2014 do Ministério da Saúde	Procedimentos para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS).		X		
Lei nº 13.146/2015	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI): em vigor atualmente, disserta sobre os mecanismos para a construção de uma sociedade brasileira mais acessível	X			
Resolução nº 230/2016	Sugestão de Alinhamento das Ações dos Tribunais às Normas da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência	X			

Continua...

Quadro 2. Legislações para a PcD de 1990 a 2022

(Conclusão)

G - Geral; A – Auditiva; V- Visual; I - Intelectual		G	A	V	I
Decreto Federal nº 9.522/2018	Tratado de Marraqueche que dispõe sobre o acesso as obras publicadas às pessoas com deficiência visual em versão impressa.			X	
Lei Federal nº 14.126/2021	Lei que classifica como deficiência sensorial, do tipo visual, a visão monocular.			X	
Decreto Federal nº 11.063/2022	Padrões e condições para a avaliação de pessoas com deficiência intelectual ou que estejam dentro do Espectro do Autismo com vistas à obtenção de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)				X

Fonte: elaborado pela autora, segundo as legislações informadas (2022).

Com base na análise das informações destacadas, pode-se inferir que a legislação referente à política de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil teve um aumento significativo a partir da década de 1990, com a promulgação de leis e decretos que visam garantir a igualdade de direitos e oportunidades para esse público.

A partir dos temas abordados pelas legislações percebe-se que a maioria das leis e decretos listados tem como objetivo garantir o acesso das PcD à serviços e recursos que a sociedade oferece. Algumas leis específicas tratam de temas importantes para essa população, como a Lei de Cotas (Lei Federal nº 8.213/91), que visa garantir a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Outra legislação importante que foi citada é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Lei nº 13.146/2015), que se destina a promover a inclusão das pessoas com deficiência em diversos aspectos da sociedade, como no trabalho, na educação, no transporte e no acesso à informação.

Ainda nesse sentido, destaca-se também o Decreto nº 3.298/99 que institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e visa apoiar a inclusão das pessoas com deficiência na esfera social, no que diz respeito ao acesso à saúde, serviços especializados em reabilitação, tratamentos e garantia de acesso aos centros hospitalares. Já a Lei Federal nº 10.048/2000 concede prioridade no atendimento às pessoas com deficiência e define normas de construção para facilitar o acesso desse público em logradouros e sanitários públicos, bem como em edifícios e locais abertos.

Além disso, há leis específicas que tratam de temas como a acessibilidade das pessoas com deficiência, como a Lei Federal nº 10.098/2000 e o Decreto Federal nº 5.296/2004, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das PcD ou com mobilidade reduzida. Também há leis que tratam de recursos de comunicação para as pessoas com deficiência, como a Lei Federal nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, e a Lei Federal nº 12.764/2012, que trata da política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

Sob a luz dessas ações governamentais que apresentam como foco a pessoa com deficiência, faz-se necessária a definição dos instrumentos de política utilizados nesse meio. Tendo em vista as descrições das tipologias dessas ferramentas elucidadas por Salamon (2002), observa-se que os instrumentos utilizados nas políticas para a inclusão da PcD se traduzem em Gestão Direta e Regulação Social. Isso porque ao mesmo tempo em que essas ações preveem a atuação direta do Estado no que tange a execução dos mecanismos de acessibilidade nos ambientes públicos (Gestão direta), também contam com sanções de incentivo para fins de influência ao comportamento coletivo no que se refere a promoção de equidade nos ambientes privados (Regulação Social).

Sabendo-se que as ações governamentais não são tomadas de decisões isoladas e que, por esse motivo, derivam-se de um contexto político e social, apresentam-se no Quadro 3 os governos eleitos responsáveis pelas legislações para a PcD.

Quadro 3. Ações dos governos referentes à PcD

GOVERNOS	PERÍODO GOVERNADO/Nº DE AÇÕES PARA A PcD						
	1990 - 1992	1992 - 1994	1995 - 2002	2003 - 2010	2011 - 2016	2016 - 2018	2019 - 2022
Fernando Collor	1						
Itamar Franco		1					
Fernando Henrique Cardoso			6				
Luiz Inácio Lula da Silva				7			
Dilma Rousseff					6		
Michel Temer						1	
Jair Bolsonaro							2

Fonte: Elaboração própria (2023).

De acordo com o contexto político identificado, observa-se que os números mais expressivos de ações governamentais em prol das pessoas com deficiência aconteceram entre o período de 1995 até 2016, representando os governos vigentes à época de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Um adendo, nesse sentido, seria o fato de que os governos anteriores ao período destacado, de Fernando Collor e Itamar Franco, e o logo subsequente, de Michel Temer, apresentaram um período de mandato menor se comparado aos de Fernando Henrique, Lula e Dilma. Assim como, vale ressaltar também, que durante o mandato de Jair Bolsonaro ocorreu a Pandemia de Covid-19, o que pode ser configurado como um empecilho para a delegação de ações.

Entretanto, além da representatividade numérica, quando analisada as especificidades das ações no período de 1995 a 2016, destacam-se as relevâncias das mesmas no que se refere a pauta da PcD. Nesse sentido, ressalta-se que a partir da Lei Federal nº 10.436/2002 que disserta sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), desenvolvida no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi quando houve uma mudança de perspectiva na pauta da pessoa com deficiência na agenda governamental, uma vez que apresentou uma forma mais específica de se tratar de cada deficiência por ação, dando luz as políticas mais setoriais e específicas para esse público. A continuidade dessa abordagem é verificada nos governos subsequentes onde são constadas legislações que especificam as deficiências auditiva, visual e intelectual.

Ainda no que se refere a relação das legislações para a PcD e os governos responsáveis, elucidam-se também que as duas principais ações nesse âmbito, que se fazem vigentes até a data de escrita da presente dissertação (ano de 2023), foram deliberadas durante o governo de Dilma Rousseff. Essas ações se exemplificam no Decreto nº 7.612/2011 que embasou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver Sem Limites) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, ambas as políticas refletiram para o avanço da temática de inclusão da PcD na agenda pública, em diferentes níveis (nacional, estadual e local).

As leis e decretos apresentados mostram uma preocupação em garantir direitos às pessoas com deficiência e promover sua inclusão na sociedade. Nesse sentido, verifica-se que tais legislações se fazem posterior à Constituição Federal de 1988, que garante a igualdade de todos perante a lei e proíbe qualquer tipo de discriminação, incluindo a por motivo de deficiência. A análise dessas informações permite a inferência de que em termos legais o país vem avançando na garantia de direitos para as pessoas com deficiência ao longo dos anos, por meio de leis específicas que abrangem diversas áreas da sociedade. Todavia, é válido ressaltar que apesar

dos direitos assegurados por essas políticas públicas às PcD, esse público ainda enfrenta diversas barreiras que se tornam impedoras do pleno acesso aos âmbitos sociais, o que sugere uma divergência entre os objetivos dessas legislações e os resultados de seus processos de implementação em sociedade, que, em muito dos casos, não se faz eficiente para garantir a inclusão de fato. As barreiras citadas anteriormente referem-se à aspectos de falta de acessibilidade em diferentes esferas que impedem o acesso da PcD a ambientes físicos, meios digitais e comunicacionais, serviços e documentos.

Destaca-se como política pública nacional para a pessoa com deficiência, o Plano Viver Sem Limites (PVSL). Fundamentando-se no Decreto Federal nº 7.612/2011 e desenvolvida pelo Governo Dilma, a política pública buscou firmar o posicionamento do Brasil perante às prerrogativas da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pautando-se na equiparação de oportunidades para promoção da acessibilidade à PcD. Com base na cartilha do plano e no Relatório de Políticas e Programas de Governo de 2018 (Acórdão 2.608/2018-TCU-Plenário), é possível ressaltar as principais características dessa política sob um viés de avaliativo (Quadro 3).

Quadro 3. O Plano Viver Sem Limites (PVSL) sob uma perspectiva avaliativa

ITENS	ESPECIFICAÇÕES
Órgão responsável	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPDP
Público-alvo	Pessoas com deficiência física, intelectual e sensorial
Objetivo central	Aplicação efetiva das políticas de garantia dos direitos da PcD, com foco da promoção de acessibilidade aos espaços e meios
Objetivos secundários	Propor novas iniciativas, integrando diferentes áreas
Eixos principais de atuação	Acesso à educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde
Despesas (2012-2017)	R\$ 19,37 milhões
Principais críticas	- Não tornou a Política Nacional para Pessoa com Deficiência uma instituição, não agregando, assim, estabilidade à essa política; - Insuficiência de recursos humanos e financeiros para a realização das atribuições; - Problemas com a coordenação de repasses de responsabilidades e capacidades entre os níveis: nacional, estadual e local.

Fonte: Elaboração própria, segundo cartilha do Plano Viver Sem Limites e do Relatório de Políticas e Programas de Governo 2018 (Acórdão 2.608/2018-TCU-Plenário) (2023).

Observa-se que as críticas ao PVSL denotam limitações da implementação da política pública também verificadas por autores na literatura acerca do tema. Nesse sentido, um exemplo é Brito e Miranda (2023), que em pesquisa realizada a nível local sobre as políticas

públicas para a pessoa com deficiência observaram a necessidade de uma maior articulação e implementação efetiva das leis e decretos entre os diferentes níveis federativos. Os autores ressaltaram também a falta de coordenação das políticas relacionadas à acessibilidade e sua influência direta para a exclusão da PcD à nível social (BRITO; MIRANDA, 2023).

Haja vista a relevância do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no que se refere a pauta de inclusão social da PcD e as críticas recebidas pelo mesmo quanto a insuficiência de recursos e a falta de incentivos de estabilidade, além de problemas com sua condenação entre os níveis nacional, estadual e local evidenciam-se os motivos de a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil ainda apresentar muito o que se evoluir sobre a pauta na agenda governamental.

Percebe-se um hiato de informações quanto ao Plano Viver Sem Limites a partir de 2017, que representou o último ano em que foi realizada sua avaliação. Em vista disso, constata-se a ocorrência da revogação em 2019 dos artigos 5º, 6º, 7º e 12º do decreto que fundamenta essa política pública pelo, então atual presidente, Jair Bolsonaro. As modificações realizadas influenciaram, principalmente, na estruturação da proposta da política, bem como na descrição do repasse de responsabilidades e atribuições entre os ministérios para cumprimento de seus objetivos. Todavia, dentro de suas limitações a política continuou sendo implementada ao longo do período de 2017 a 2022, principalmente a partir de sua relação complementar com outras políticas na área da educação, saúde e assistência social.

Para encerramento dessa seção cabe uma atualização em relação ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limites. No dia 08 de maio de 2023, através de um despacho do Vice-presidente da República Geraldo Alckmin, foi autorizada a elaboração da segunda versão dessa política central, embasada, principalmente, pelo Decreto nº 7.612/ 2011 e a Lei nº 13.146/ 2015 (BRASIL, 2023).

De acordo com esse documento, o responsável por coordenar as ações do Plano Viver Sem Limites 2 é o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, além da previsão de atuação da Casa Civil; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Segurança; Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos; Ministério da Ciência; Tecnologia e Inovação; Ministério do desenvolvimento e Assistência Social; Família e Combate à Fome; Ministério das Cidades; e Ministério do Trabalho e Emprego.

5.2. A Interseção entre as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social entre os Níveis Federativos

Tendo em vista o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência ou Plano Viver Sem Limites, é possível identificar sua correlação com três eixos principais de atuação, sendo estes a saúde, a educação e a assistência social.

Na área da saúde, a partir da atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), observa-se a promoção de atendimento especializado a PcD a partir de 5 diferentes segmentos: a identificação e intervenção precoce de deficiências; diretrizes terapêuticas; Centro Especializado em Reabilitação (CER); e Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Nesse sentido, ressalta-se a instituição da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, pela Portaria nº 793 de 24 de abril de 2012, que se encontra em vigência no ano de 2023 e apresenta como objetivo a atenção básica, especializada, hospitalar e de emergência para a pessoa com deficiência.

No âmbito da assistência social, destaca-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que teve origem a partir de resolução do Conselho Nacional da Assistência Social e apresenta como objetivo principal a promoção do acesso aos direitos sócio assistenciais à população em vulnerabilidade, ou seja, promove programas, projetos e benefícios que tenham como finalidade reduzir as situações de vulnerabilidade e risco social (BENELLI, 2016). Dentre as diretrizes que estruturam o SUAS é importante entender as suas instituições. Nesse sentido, como a principal unidade de proteção social básica dessa política encontra-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que apresenta como atribuição prevenir os casos de vulnerabilidade e risco social através da gestão da proteção básica no território e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que é uma unidade atuante após a ocorrência de tais situações, seja pela violação de algum direito relacionado a discriminação social ou até mesmo negligência, abandono, entre outros. Nesses casos, os serviços prestados pelos CREAS se exemplificam em dar assistência a essa população, erradicando ou minimizando as consequências da ocorrência (CARMO; GUIZARDI, 2017). No que se refere as pessoas com deficiência, o SUAS atua em nível estadual a partir da Secretaria de Desenvolvimento Social e em nível local com base na gestão da assistência básica que ocorre nas unidades CRAS e CREAS regionais.

A partir de sua cobertura, o SUAS realiza a gestão e integração das políticas que visam o atendimento assistencial e a inclusão social da pessoa com deficiência, atuando de forma a

atender a PcD com base na operacionalização de benefícios e programas provenientes das esferas federal, estadual e municipal.

À vista desse contexto, destaca-se também o ramo da educação brasileira e o desafio desse meio no que tange a oferta do ensino aos alunos com deficiência, por apresentarem demandas mais acentuadas por adaptação do que os estudantes considerados regulares. Nesse sentido, os educandos com deficiência se enquadram dentro da modalidade de público-alvo do ensino adaptado, demandando condições especiais de acessibilidade – arquitetônica, atitudinal e pedagógica – para que consigam usufruir de uma formação (NOVAES; FREITAS, 2020).

Quando analisada tal perspectiva de forma mais detalhada, verifica-se que as ações que visam conceder acesso ao ensino aos estudantes com deficiência, sobretudo no Brasil, caracterizam-se como uma forma de se retratar à essas pessoas no que tange a uma dívida histórica de restrição do direito de aprender desses cidadãos, sendo as políticas que são desenvolvidas com esse propósito, uma alternativa de reafirmar o direito de acesso à educação a esses estudantes (FREITAS; SOUZA, 2021). De acordo com tais parâmetros, no âmbito educacional as políticas que visam a promoção do direito ao acesso à educação para o público composto pelas pessoas com deficiência e transtornos intelectuais se exemplificam pela concessão de uma educação especial e inclusiva.

Dessa forma, ressalta-se a diferenciação existente entre os dois termos destacados. Nesse sentido, para fins de caracterização do primeiro conceito, é possível evidenciá-lo como sendo a prática de ensino voltado, especificamente, aos estudantes com necessidades especiais, havendo, dessa forma, uma separação entre a educação especial e a educação regular. Em contrapartida, na educação inclusiva apresenta-se o objetivo de tornar a educação regular acessível a todos os alunos, inclusive aqueles que apresentam demandas educacionais especiais, a partir da concessão de adaptações aos espaços, fundamentando-se no princípio da equidade (FREITAS; SOUZA, 2021). Nesse âmbito, observa-se que as ações na área da educação dentro desse viés de maior inclusão, antes se faziam mais voltadas para a promoção da educação especial e com base nos desenvolvimentos ocorridos na esfera social, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 passou-se a incluir também os aspectos relacionados à educação inclusiva, como ilustra o Quadro 4.

Quadro 4. A educação especial e inclusiva após a Constituição Federal de 1988

ANO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	RESUMO/CRÍTICA
1988	Constituição Federal de 1988	Presidente Ulysses Guimarães	Instituiu como dever do Estado o oferecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), de forma preferencial, no ensino regular (BRASIL, 1988).
1994	Política Nacional de Educação Especial	Presidente Itamar Franco	Determinou a integração instrucional, fixando o acesso ao ensino regular aqueles alunos com necessidades especiais aptos a acompanhar o ritmo de alunos ditos como “normais” (BRASIL, 1994).
1996	Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.693/96) (Atual)	Presidente Fernando Henrique Cardoso	Determinou a oferta de serviços de apoio especializado para que de fato fosse realizada a inclusão dos alunos com necessidades especiais no âmbito do ensino regular, passando também a abranger essa inclusão no nível infantil de ensino (BRASIL, 1996).
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva	Com base nessa política passou-se a ser infundada as instituições, escolas ou classes especiais que visavam a substituição da escola comum na promoção do ensino aos alunos com necessidades especiais, passando essas instituições a atuarem apenas como ferramentas de apoio a aprendizagem desses estudantes (NASCIMENTO; OMODE, 2019).
2014	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Presidenta Dilma Rousseff	Procurou promover a integração e articulação de políticas públicas que tinham como foco o exercício pleno e equitativo dos direitos dos alunos com deficiência (NASCIMENTO; OMODE, 2019).
2017	Decreto nº 9.099/2017	Presidente Michel Temer	Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático em formato acessível aos estudantes com deficiência

Fonte: elaborado própria, segundo os autores e legislações citados (2023).

Com base nessas informações, ressalta-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Tal política busca orientar as ações governamentais segundo os princípios da inclusão social da PcD, em uma abordagem que prevê a mudança do contexto social marcado historicamente pela segregação desse público. Seus fundamentos se exemplificam na adequação dos diferentes espaços escolares, promovendo tipos distintos de

acessibilidade (arquitetônica, informacional e social) para que o aluno com deficiência possa ter a sua inclusão efetiva no âmbito educacional.

Além da relevância das ações nas áreas da saúde, assistência social e educação, seu ponto de interseção desempenha papel crucial na vida das pessoas com deficiência no Brasil. Isso porque garantir acesso a serviços de saúde de qualidade, suporte social adequado e uma educação inclusiva é indispensável para a promoção efetiva da inclusão social da PcD, a partir de seu desenvolvimento pleno e qualidade de vida (MANTOAN, 2003). A articulação dessas áreas no que se refere à Política Nacional para a PcD ocorre a partir de repasse de responsabilidades e capacidades entre os entes federativos, onde cada nível apresenta suas peculiaridades e atribuições perante a pauta (Quadro 5).

Quadro 5. A Interseção entre as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social na PVSL

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limites		
Saúde	Assistência Social	Educação
Sistema Único de Saúde (SUS)	Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE)
Nível Federal: Formulação das diretrizes e repasse das capacidades necessárias		
Ministério da Saúde: financiamento (dentro da perspectiva tripartite) e promoção dos planos de atendimento a PcD	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: definições dos mecanismos de assistência a PcD	Ministério da Educação (MEC): promoção de programas especializados de capacitação dos profissionais de educação e produção de materiais pedagógicos adaptados
Nível Estadual: Elaboração das políticas estaduais e articulação entre os níveis federal e local		
Secretaria de Estado de Saúde: Garantia do acesso da PcD aos serviços especializados de atendimento na saúde capacitação do profissionais de saúde	Secretaria de Desenvolvimento Social: Adequação do SUAS segundo as demandas de cada estado acerca das ações para a PcD	Secretaria de Educação Especial SEESP: Garantia da oferta de vagas para alunos com deficiência em escolas especializadas e no ensino regular adaptado, além da formação continuada dos professores
Nível Local: Adequar as ações no que se refere a demandas regionais e garantir a efetividade das políticas		
UBS e Centros Hospitalares: Atenção Especializada, Básica e de Urgência voltadas, a prevenção e diagnósticos de doenças, tratamento e reabilitação da PcD de acordo com suas necessidades.	CRAS e CREAS: Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social, articulação entre associações e implementação de políticas assistenciais intersetoriais.	Secretaria Municipais de Educação, Escolas, Institutos e Universidades: Matrícula e atendimento do estudante PcD, garantindo recursos e acompanhamento

Fonte: Elaboração própria, segundo informações do Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Educação (MEC) (2023).

A partir das informações sobre a integração das políticas setoriais no que diz respeito ao atendimento da pessoa com deficiência, destacam-se os repasses de responsabilidades entre os níveis federativos. Nesse contexto, observa-se que o nível federal é onde se concentra a cúpula das formulações de ações e designação das diretrizes que estruturam a implementação das tomadas de decisões nos outros níveis, além de ser também o principal provedor das capacidades necessárias aos cumprimentos dos planos e programas nessas áreas.

O nível estadual, por sua vez, ocupa-se, principalmente, pela adequação e articulação entre os outros dois níveis, funcionando como uma espécie de “ponte de acesso” entre as ações e repasse de capacidades. Por fim, tem-se o âmbito local, representando aonde de fato as políticas são implementadas na prática e surtem efeito, adequando-se as demandas regionais e aplicando os planos e programas provenientes das políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social e educação.

Ainda focalizando os entes federativos no que se refere a pauta de inclusão da pessoa com deficiência, verificam-se as atribuições incorporadas aos estados brasileiros, nesse sentido. Em consonância com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados no dia 30 de março de 2007 em Nova York – aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Decreto Federal nº 6.949/2009 -, Os Estados devem prover condições para que as pessoas com deficiência possam viver de maneira autônoma e participar integralmente de todas as esferas da vida, além de garantir que as medidas adequadas sejam implementadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso aos espaços físicos, transporte coletivo, informações e comunicação, assim como a serviços e instalações públicos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, com igualdade de oportunidades em relação as outras pessoas. Para tanto, o nível estadual deve adotar medidas que incluem o reconhecimento e o transpor das barreiras que impedem a promoção da acessibilidade, além da adoção de incentivos fiscais para a aquisição dos mecanismos necessários à adaptação dos ambientes.

A finalidade de adaptação dos ambientes para a inclusão da PcD demanda ajustes técnicos. Nesse sentido, de acordo com o artigo 19 do Decreto Federal nº 3.298/1999 que regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, em consonância com a Lei Federal nº 13.146/2015 que representa a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), compreende-se como ajuda técnica os mecanismos que permitem compensar uma ou mais barreiras funcionais, motoras, sensoriais ou mentais que acometem à pessoa com

deficiência. Dessa forma, essas ferramentas têm o potencial de garantir o acesso e inclusão social da PcD através da superação de limitações comunicacionais e pertencentes a mobilidade.

Para assegurar a acessibilidade nos estados e municípios, é importante levar em consideração as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) durante a construção ou reforma de instituições de ensino. Caso seja necessário, essas escolas e centros de formação profissional devem proporcionar serviços especializados para atender às necessidades das pessoas com deficiência, através da adaptação dos recursos institucionais (equipamentos e materiais pedagógicos), capacitação dos professores e ajuste dos recursos físicos para promoção das acessibilidades arquitetônica e comunicacional.

Além disso os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta responsáveis pela cultura, desporto, turismo e lazer devem assegurar a acessibilidade, implementando as seguintes medidas: Fomentar o acesso das pessoas com deficiência aos meios de comunicação social; assegurar a acessibilidade das instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde a educação pré-escolar até a universidade e estimular o turismo para pessoas com deficiência, disponibilizando instalações hoteleiras acessíveis e serviços de transporte adaptados, de acordo com a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

5.3. Resultados da Revisão Sistemática de Literatura

A revisão sistemática da literatura proposta nesse trabalho se embasou na pesquisa de artigos que trazem como tema central políticas públicas para a pessoa com deficiência. Os procedimentos metodológicos utilizados em sua realização e as especificações acerca do software IRAMUTEQ, usado para fins da análise textual, se encontram descritos na seção 4 desse estudo. Vale ressaltar também que a tabulação dos dados pertinentes aos 23 artigos selecionados se encontra no Apêndice A.

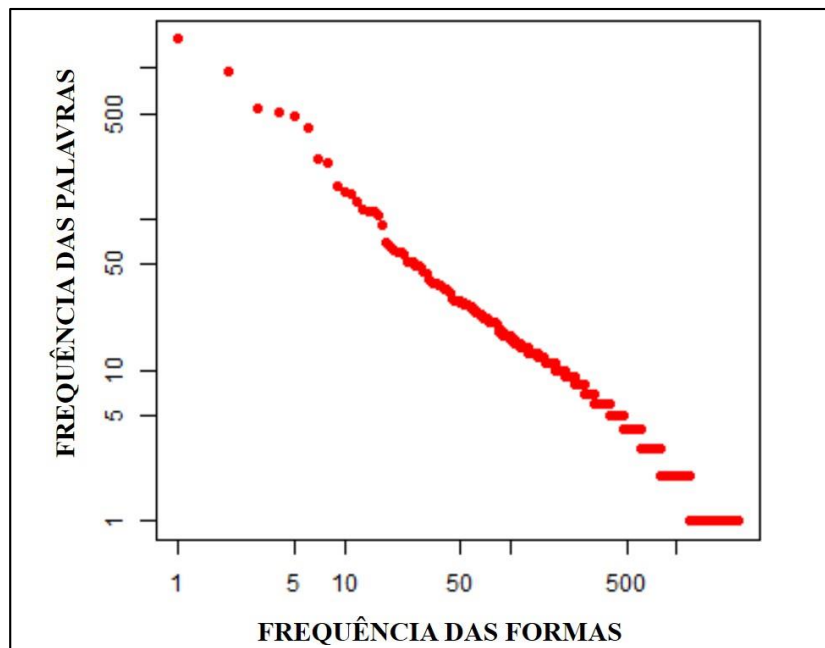
Como uma análise lexical inicial, faz-se interessante apresentar uma ideia contextual acerca do conteúdo presente no material analisado (Figura 3). A nuvem de palavras, indicada nesse sentido, pode ser interpretada como um agrupamento de termos de forma gráfica, em função de sua frequência (CAMARGO; JUSTO, 2018). Assim sendo, quanto maior é o tamanho da palavra na nuvem, mais vezes aquele vocábulo esteve presente no corpus textual e mais importante o mesmo se faz para a explicação sobre o tema (SALVIATI, 2017).

Fonte: Dados da pesquisa, operacionalizados no *software* IRAMUTEQ (2023).

A interpretação dessa figura se faz a partir de seu centro, onde estão concentradas as palavras de maior influência no que se refere ao tema estudado. Dessa forma, pode-se visualizar que as palavras “social”, “direito” e “deficiência” fazem mais referência com a pauta central abordada nos artigos que se traduziu em políticas públicas para a pessoa com deficiência. Outras palavras que também apresentaram maior destaque foram “sociedade”, “inclusão”, “documento” e áreas como o “esporte” e a “educação”, que exemplificam o contexto de pesquisa dos artigos.

De forma a prosseguir com a análise, destaca-se o Diagrama de Zipf, ou Gráfico de frequência (Figura 4) que provém da Análise Lexicográfica e apresenta, em escalas logarítmicas, a ilustração do eixo vertical (y) que indica a frequência das palavras e no eixo horizontal (x) as frequências das formas ao se verificar o comportamento dentro de um *corpus* (LEBAR; SALEM, 1988). Em termos gerais isso significa que essa representação gráfica mostra quantas vezes um termo se faz presente dentro do corpus textual.

Figura 4. Diagrama de Zipf (Gráfico de Frequência)

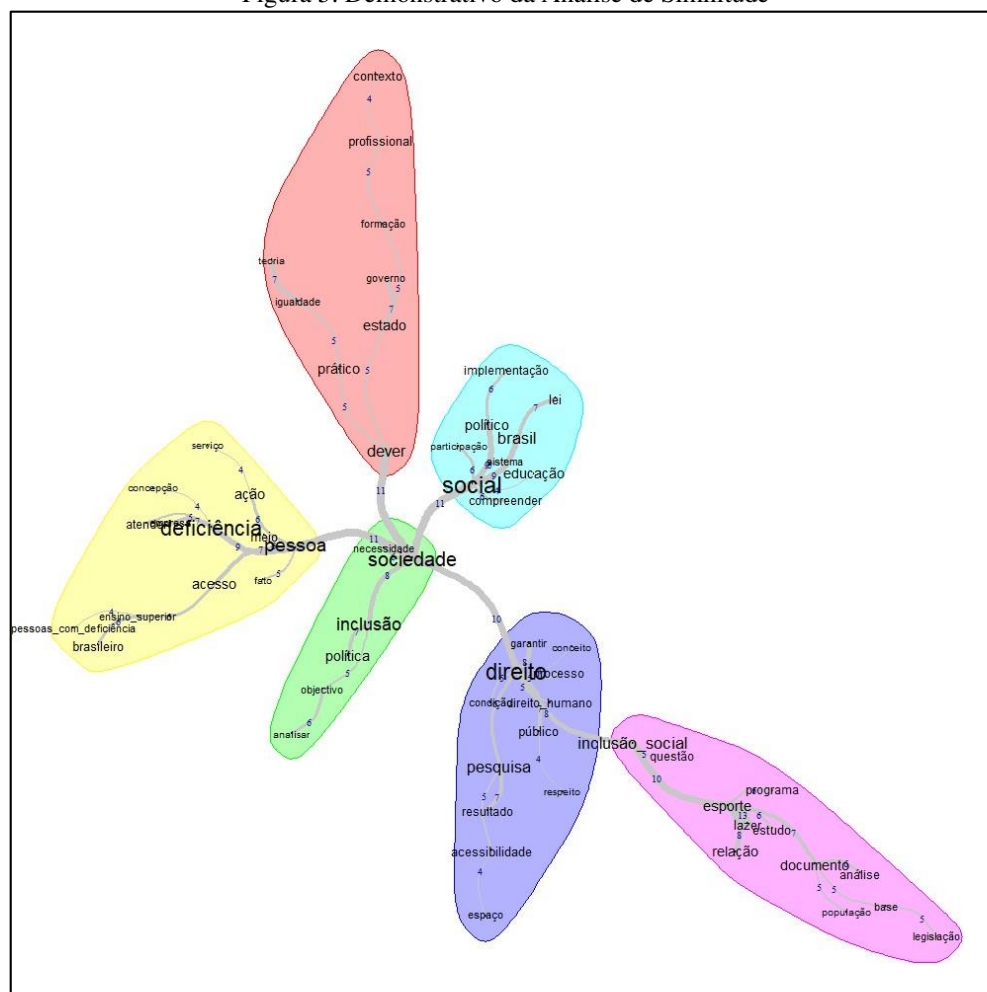


Fonte: Dados da pesquisa, operacionalizados no *software* IRAMUTEQ (2023).

Ao se analisar os dados presentes na Figura 4 é possível dizer que 4 palavras apareceram no corpus com uma frequência igual ou superior a 500 vezes, como pode ser verificado através do eixo y. Tendo em vista que tais termos foram “*pessoa_com_deficiência*”, “*políticas_públicas*”, “*direito*” e “*deficiência*” observa-se sua representatividade em caracterizar os artigos levantados na pesquisa.

Outra análise possível dos documentos pesquisados é a de similitude, apresentada na Figura 5. Esse diagnóstico se embasa na teoria dos grafos e estuda as relações dos objetos de um determinado conjunto de dados (DEGENNE; VERGÈS, 1973). A partir de sua realização a Análise de Similitude permite identificar as possibilidades de ocorrência de combinações entre as palavras, o que auxilia na percepção acerca da estrutura do *corpus* textual (FLAMENT, 1981).

Figura 5. Demonstrativo da Análise de Similitude



Fonte: Dados da pesquisa, operacionalizados no *software* IRAMUTEQ (2023).

Na Figura 5 é possível visualizar 6 comunidades, representadas por cores diferentes, sendo que cada uma delas apresenta uma palavra em destaque que exemplifica aquele conjunto, sendo, “inclusão social”, “direito”, “sociedade”, “deficiência”, “social” e “Estado”. Além das palavras em destaque, observam-se outros termos ao redor conectados por ramos de espessuras distintas, sendo que quanto mais espesso é o ramo, maior é a conexão entre as palavras presentes nele e nas comunidades.

Infer-se com base na análise de similitude (Figura 5) que há uma forte conexão entre os representativos das questões relacionadas a interação entre as deficiências, a sociedade e o dever do Estado nesse meio, o que faz menção aos aspectos da garantia dos direitos da PcD e de sua inclusão social a partir desse contexto de ações.

Para a continuidade da investigação, tem-se que a taxa de retenção do corpus textual da presente revisão foi de 88,94%, estando, segundo Camargo e Justo (2018), de acordo com os padrões exigidos, que se traduz por uma taxa acima de 75%. A sumarização das informações características da inserção do corpus textual no software e de suas especificações estão na Quadro 6.

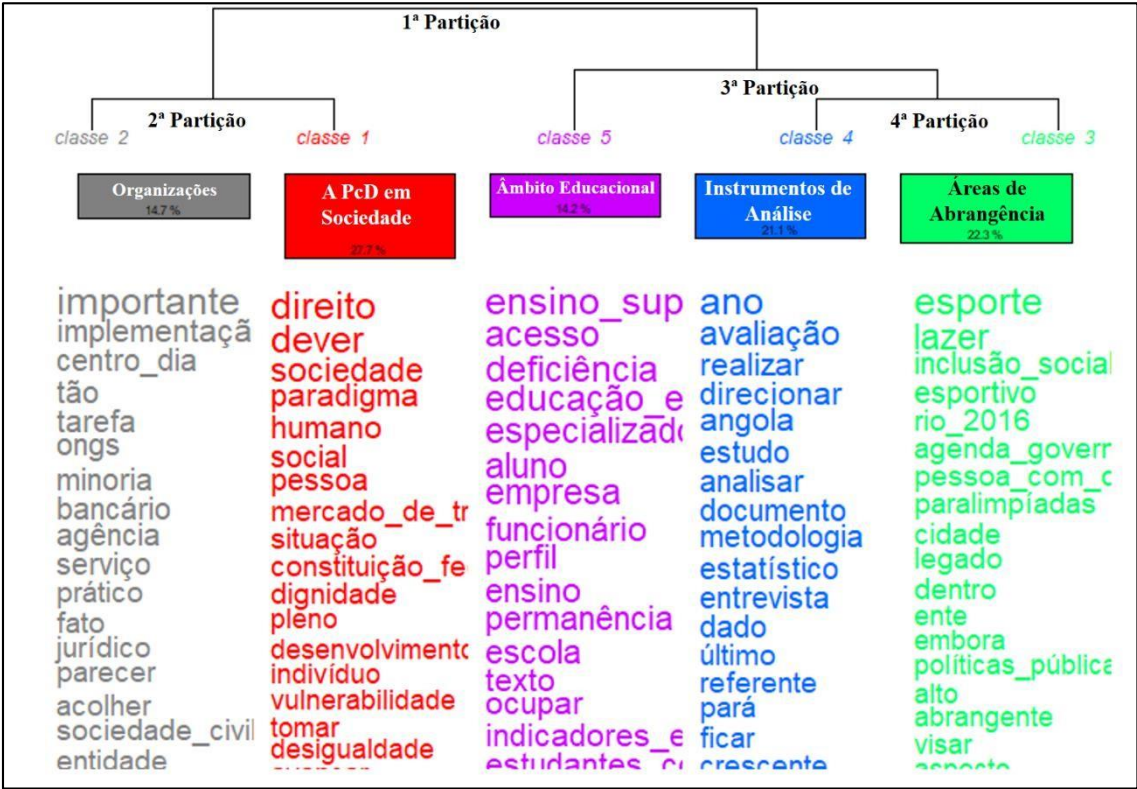
Quadro 6. Sumarização dos dados do corpus textual

ITEMS	DADOS	ITEMS	DADOS
Números de textos	92	Número de formas ativas	2162
Número de segmentos de texto	443	Média das formas por segmento de texto	32,927765
Número de formas	3192	Número de categorias	5
Número de ocorrências	14587	Taxa de Retenção	88,94%

Fonte: Elaboração própria, segundo dados da pesquisa operacionalizados no *software* IRAMUTEQ (2023).

A próxima etapa da análise (Figura 6) é definida por Classificação Hierárquica Descendente (CHD), ou Método Reinert, e se refere a investigação que objetiva obter classes de um segmento de texto que apresentam vocábulos que são semelhantes entre si e, ao mesmo tempo, diferentes dos segmentos das outras classes.

Figura 6. Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

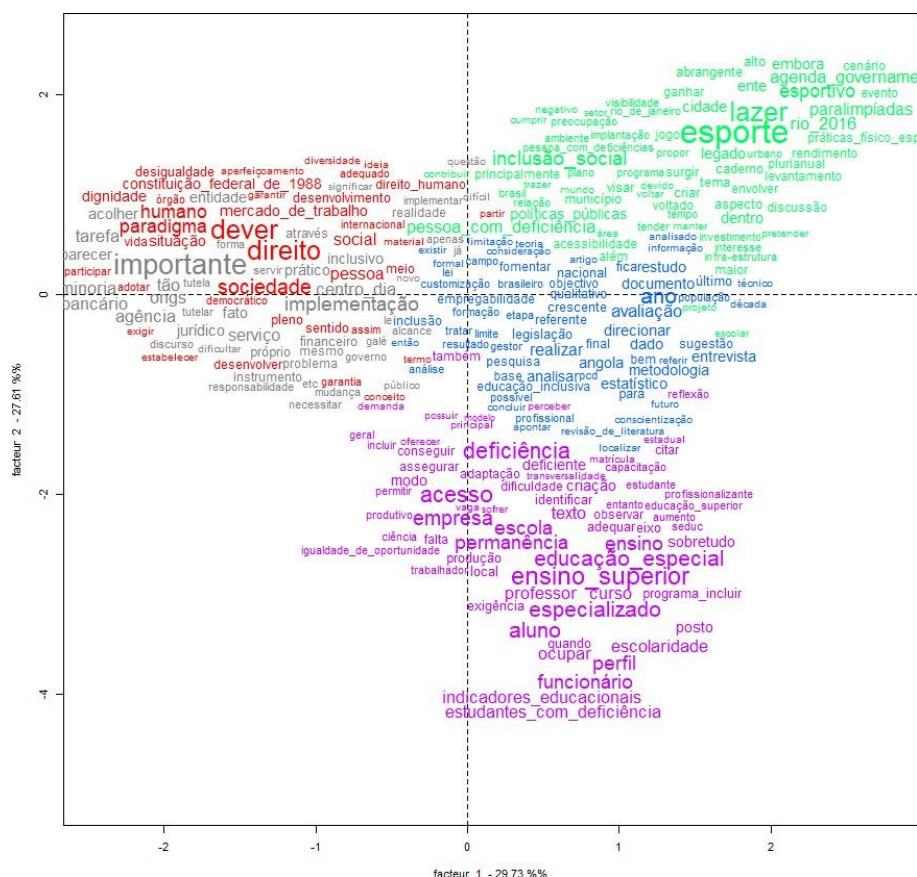


Fonte: Dados da pesquisa, operacionalizados no *software* IRAMUTEQ (2023).

Para fins interpretativos verifica-se a significância das classes a partir do marco teórico da pesquisa. Nesse sentido, foram concedidas denominações às classes objetivando uma melhor interpretação de seus significados. Assim sendo: Classe 1: A PcD em sociedade, se correspondendo aos aspectos sociais inerentes a vida da pessoa com deficiência, como, por exemplo, paradigmas, luta por direitos e desigualdade; Classe 2: Organizações, representada por empresas privadas, órgãos governamentais, associações da sociedade civil e organizações não governamentais (ONGs); Classe 3: Áreas de abrangência, que simboliza os contextos mais citados nas pesquisas levantadas, sendo ramos como o esporte, o lazer e esferas como a agenda governamental e os espaços urbanos; Classe 4: Instrumentos de análise, equivalendo-se as técnicas e meios utilizados para a realização das pesquisas acerca das políticas públicas para as PcD; e Classe 5: Âmbito educacional, que, como o próprio nome já diz, representa as menções das pesquisas ao contexto escolar em diferentes níveis.

Para que se compreenda as relações entre as classes destacadas é importante identificar as partições. Nesse sentido, primeiro elucida-se a 1ª partição de ligação entre as 5 classes. Depois, tem-se a 2ª partição, que representa a correlação entre as classes 1 (Organizações) e 2 (A PcD em sociedade). Na 3ª partição observa-se a ligação entre a classe 5 (Âmbito educacional) e a 4ª partição, que, por sua vez, é representada pela ligação entre as classes 3 (Áreas de abrangência) e 4 (Instrumentos de análise). A visualização do contexto de relação das classes é possível a partir da observação das palavras que compõem esses conjuntos e suas proximidades no plano cartesiano (Figura 7).

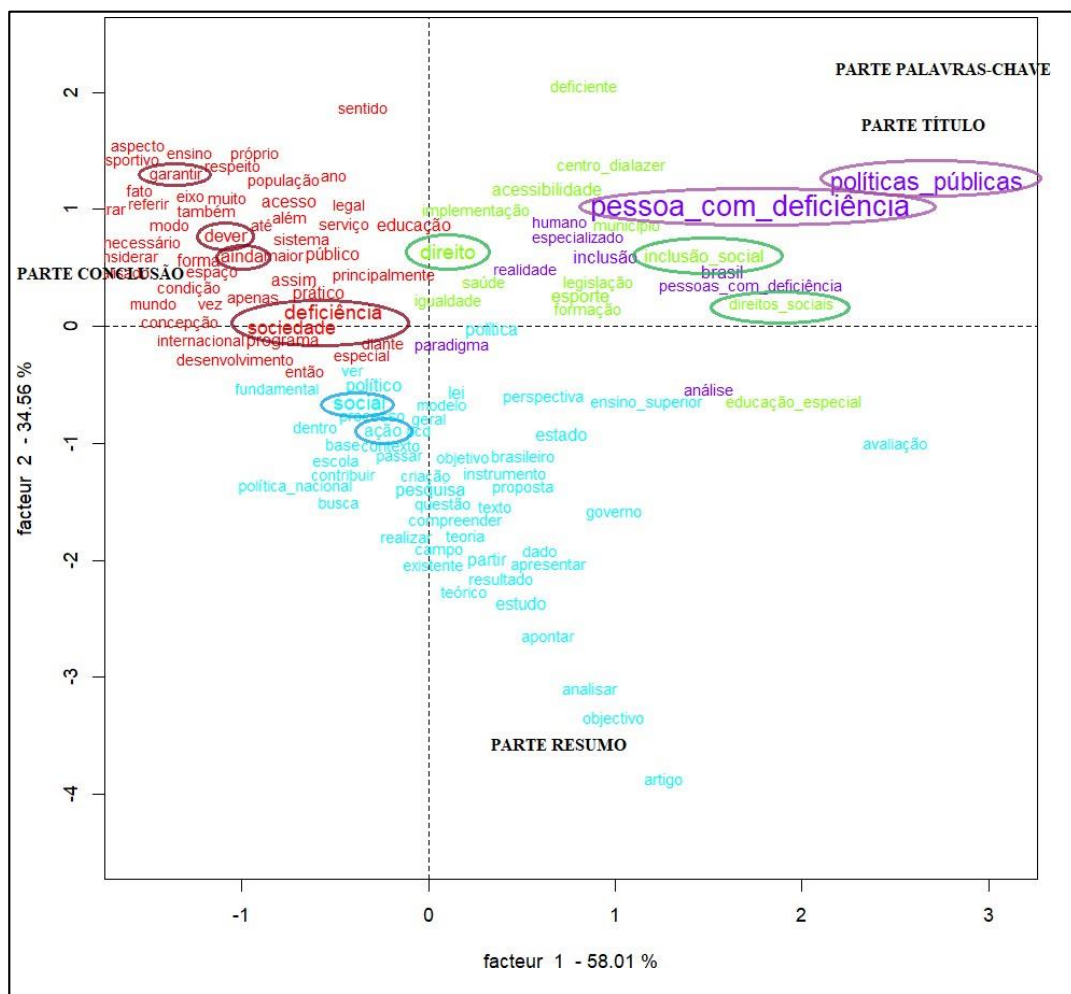
Figura 7. A relação entre as classes



Fonte: Dados da pesquisa, operacionalizados no *software* IRAMUTEQ (2023).

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) têm como principal atribuição destacar a relação existente entre as palavras de um texto no que diz respeito a associação com uma modalidade de variável de categorização (CIBOIS, 1990). Quando há uma variável com mais de duas modalidades, é possível representar o resultado dessa comparação no plano fatorial (CAMARGO; JUSTO, 2018). Para tanto, no presente estudo, foi utilizada a variável categorial corresponde a “parte”, com o intuito de analisar a relação das palavras do texto com as partes textuais “título”, “resumo”, “palavras-chave” e “conclusão” (Figura 8).

Figura 8. Análise Fatorial de Correspondência (AFC)



Fonte: Dados da pesquisa, operacionalizados no *software* IRAMUTEQ (2023).

Ao se analisar tais dados observa-se que os discursos pertencentes as partes “palavras-chave” e “título” têm mais semelhanças e interações entre si, ao contrário da parte “resumo” que está no extremo inferior (cor azul) da Figura 8 indicando pouca similaridade com os demais pontos. A “conclusão”, na mesma perspectiva, indica pouca relação também com as outras partes. Acerca disso, conclui-se que as palavras representativas contidas nas palavras-chave e no título dos artigos referem-se a sentidos complementares, enquanto as etapas de resumo e conclusão, que são aquelas em que constam de fato as contribuições dos artigos analisados, mostram uma realidade diferente.

Trazendo uma contextualização à luz desses dados, verifica-se que a inclusão social da pessoa com deficiência, garantida, teoricamente, pelas políticas públicas e expressa nos títulos e nas palavras-chave das pesquisas analisadas, apresentam discrepância com a realidade dos ambientes pesquisados, onde foram constatados pelos autores a ausência da aplicação efetiva

dessas políticas em áreas como a educação e o mercado de trabalho. Essa constatação se torna mais evidente quando destacado as conclusões dos artigos analisados, onde é possível perceber os termos de maiores interações que expressam a opinião dos autores das pesquisas (Figura 9).

Figura 9. Fragmentos do corpus textual

*** *artigo_12 *ano_2010 *parte_Conclusão score : 11.45
tanto o poder público quanto a sociedade em geral devem ser responsáveis pelas ações que garantam essa inclusão nesse sentido as organizações devem criar em seu espaço institucional condições de empregabilidade o estado deve desenvolver
**** *artigo_17 *ano_2017 *parte_Conclusão score : 8.38
dessa forma o estado brasileiro conferindo primazia à dignidade da pessoa humana deve garantir a eficácia no plano concreto dos direitos sociais das pessoa_com_deficiência minimizando as desigualdades e garantindo a cidadania por meio do acesso ao mercado_de_trabalho contribuindo assim para o progresso social democrático.
**** *artigo_12 *ano_2010 *parte_Conclusão score : 7.49
isso se deve ao fato de ainda haver muito preconceito em relação à capacidade produtiva da pessoa_com_deficiência o que demanda a disseminação da diversidade no contexto laboral e da oportunidade para que as pessoas outrora excluídas do mercado_de_trabalho possam desenvolver todo o seu potencial
**** *artigo_14 *ano_2018 *parte_Conclusão score : 5.19
de um lado as leis de inclusão estabelecem uma coisa as políticas governamentais são aplicadas de outra forma e os profissionais que lidam diretamente com esses alunos realizam na prática pedagógica outra dificultando a implementação do que de fato deveria ser a proposta da educação_inclusiva
**** *artigo_23 *ano_2017 *parte_Conclusão score : 5.04
conforme discutido apesar do incentivo da legislação e a crescente conscientização da opinião pública de que pessoa_com_deficiência têm direito e condições de trabalhar ainda são muitos os desafios a serem enfrentados para garantir uma inclusão profissional mais equânime para essa população
**** *artigo_19 *ano_2016 *parte_Conclusão score : 5.02
esse é um desafio do presente garantir que esses diálogos sejam democráticos para que assim a conexão dos direitos conquistados possa ser traduzida em uma agenda que de fato seja o desejo da sociedade como um todo

Fonte: Dados da pesquisa, operacionalizados no *software* IRAMUTEQ (2023).

Com base nos fragmentos do corpus textual é possível observar onde as palavras em destaque se encontram, verificando também as partes em que as associações são mais representativas, ou seja, refletem de forma mais precisa as conclusões dos autores dos textos analisados. Os *scores* presentes na Figura 9 indicam a densidade dos fragmentos de texto, nesse sentido, quanto maior é o *score* maior também é a importância desse segmento no que tange a explicação da variável conclusão.

Ainda no que se refere a Figura 9, percebe-se que os autores dos artigos associam a responsabilidade de garantia da inclusão social da PcD à ação conjunta do Estado e da sociedade como um todo. Tal constatação reafirma a importância da conscientização social acerca dos desafios enfrentados pela pessoa com deficiência para que mudanças positivas possam ocorrer nessa área e para que as políticas públicas de inclusão da PcD possam de fato surtir efeito em sociedade.

Vale ressaltar que a diferença da Análise Fatorial Correspondente (AFC) no que se refere a Classificação Hierárquica Descendente (CDH) é que, com a AFC existe a possibilidade de identificar a associação das palavras em relação as variáveis que, no caso do presente trabalho, se traduzem pelas partes textuais dos artigos analisados.

De forma geral, os dados levantados sugerem uma preocupação com a inclusão e a garantia de direitos das pessoas com deficiência em várias áreas da sociedade. A existência de políticas públicas específicas para pessoas com deficiência é um passo importante na garantia da igualdade de oportunidades e na promoção da inclusão social, entretanto, com base em alguns dos títulos pesquisados pode-se notar uma preocupação coletiva no que se refere aos desafios e lacunas na implementação dessas políticas, especialmente quando se trata de sua efetividade na prática.

De forma a analisar os títulos das publicações observou-se que apesar de todos focarem em políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência, foi possível reconhecer uma ampla gama de temas abordados, como acessibilidade ao ensino superior, saúde mental, mobilidade urbana, empregabilidade, esporte e lazer, inclusão social e educação. A maioria dos estudos são voltados para a análise e avaliação de políticas públicas existentes, com destaque para as iniciativas do governo brasileiro. É importante ressaltar que a maioria desses estudos se relacionam com políticas públicas que subsidiam a inclusão social e buscam garantir o acesso a serviços e direitos para a PcD. No entanto, muitos dos estudos destacam a ausência de efetividade nas políticas públicas nesse meio e apontam desafios significativos para a implementação e execução das políticas já existentes (SARDÁ, HOSTINS, 2020; MIRANDA, CASTRO, 2018; SILVA, OLIVEIRA, BENJAMIN, 2018; PEREIRA, 2017; COSTA, OLIVEIRA, 2017; BORGES; PEREIRA, 2016; REDIG, GLAT, 2016; RESQUE, RAIOL, 2016; FÉLIX, FRAGA (2009).

Além disso, identificou-se também a demanda por uma abordagem transversal e interseccional, considerando as diferentes dimensões de identidade e as diversas formas de opressão que as pessoas com deficiência podem enfrentar (ALMEIDA, ARAÚJO, 2020). Na mesma linha de raciocínio observa-se também a discussão sobre a importância da participação ativa das pessoas com deficiência na elaboração e implementação das políticas que se endereçam a elas. No geral, os dados das pesquisas levantadas destacam a importância de políticas públicas para pessoas com deficiência e reforçam a necessidade de um compromisso contínuo em garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

6. CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa definiu-se em identificar o reconhecimento da sociedade perante a PcD, bem como verificar como a agenda governamental abrange a pauta do problema-público da falta de inclusão social desse público.

Com o desenvolvimento do estudo e a partir do resgate histórico realizado foi possível constatar, em um primeiro momento, a visão pejorativa que a sociedade de uma forma geral difundia acerca da PcD e de suas deficiências. A disseminação dessa forma de tratamento, percebeu-se, se fundamentava em três pilares essenciais a falta de conhecimento sobre as deficiências, o preconceito e a interpretação da PcD como uma pessoa doente, no sentido da incapacidade atrelada a esse conceito. Ao longo dos anos e por consequências das movimentações políticas em prol da inclusão social desse público, o contexto foi se tornando mais positivo e correto, em virtude do reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência como cidadão e da garantia, ainda que não apresentando uma efetividade total na prática, do direito de acesso aos espaços, sem seus diferentes meios. Vê-se, assim, o reconhecimento da PcD no âmbito social e os esforços para a erradicação do preconceito e discriminação a essas pessoas.

Contudo, apesar da constatação desse maior reconhecimento conquistado ao longo dos anos, detectou-se também a continuidade da presença de barreiras que impedem o acesso da pessoa com deficiência nos diferentes meios sociais, o que remonta ao problema-público da falta de inclusão e, conseqüentemente, a sua incorporação na agenda governamental. Acerca desse contexto concluiu-se que tal pauta entra na agenda pública como demandas por ações coordenadas e interdisciplinares que apresentam como propósito promover a inclusão social da pessoa com deficiência a partir da promoção dos diferentes tipos de acessibilidade. Nesse sentido, vale ressaltar que a acessibilidade é alcançada, nesses termos, com base na definição dos facilitadores de acesso e o resultado de um cenário bem-sucedido desse processo é a inclusão.

Dessa forma, constatou-se que as políticas públicas que se derivam da entrada dessa questão na agenda governamental resguardam-se nas definições dos mecanismos de acessibilidade necessários para a promoção de equidade de acessos em diferentes espaços, com base nas necessidades demandadas por esse público a partir de suas deficiências. À vista disso, destacou-se a importância das políticas setoriais que abordam cada tipo de deficiência de forma específica e que, por esse motivo, apresentam mais detalhes sobre as diretrizes necessárias de

acessibilidade e, assim, garantem uma maior probabilidade de conseguir a eficiência de seus resultados, ou seja, a conquista da inclusão social da PcD nos espaços que se propõem em adaptar.

Ainda em vista da agenda governamental, verificou-se a continuidade da pauta pesquisada nessa etapa do ciclo de políticas públicas, isso porque, apesar dos avanços identificados em termos de políticas desenvolvidas no cenário brasileiro para a promoção da acessibilidade à pessoa com deficiência, ainda é possível perceber em sociedade a continuidade do problema-público da falta de inclusão social dessas pessoas em diferentes contextos. Para que a pauta avance, mostrou-se a necessidade de uma melhor articulação entre os entes federativos a fim de otimizar as ações políticas como a do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Outro ponto fundamental da presente pesquisa se traduziu pelo levantamento das contribuições trazidas por outros autores que se dedicaram em evidenciar a temática em seus estudos. Nesse sentido, a partir da revisão de literatura sistemática realizada, foi constatado referências à importância das políticas públicas para a PcD, todavia, algumas problemáticas também são relatadas nesse meio, como, por exemplo, a falta de efetividade dessas ações na prática, além de questões de conflito entre os diferentes níveis federativos.

Em um apanhado geral, concluiu-se que as temáticas mais abordadas, tanto pelas políticas públicas de inclusão social da PcD, quanto pelos estudos que referenciaram o tema, se traduzem nas áreas da educação, saúde e assistência social, em maior escala, além dos ramos do esporte e lazer, em menor escala.

Reafirmou-se, nesse estudo, a relevância da ação conjunta entre o poder público e a sociedade para que o problema público da falta de inclusão da pessoa com deficiência seja melhor desenvolvido na agenda governamental e, assim, possa gerar a formulação e implementação de políticas públicas que obtenham resultados positivos no sentido de garantir a inclusão social da pessoa com deficiência.

Uma sugestão de contribuição futura à temática é o estudo acerca do Plano Viver Sem Limites 2 (PVSL2), que a partir de maio de 2023 encontra-se em fase de desenvolvimento. Tendo em vista que essa é uma política de referência nacional quanto a interdisciplinaridade da abordagem de promoção da acessibilidade a PcD, faz-se interessante para a literatura da área a realização de um estudo sobre essa política desde a sua formulação até suas fases de resultados e avaliação, destacando comparações entre o plano anterior e o impacto dessa nova ação no avanço da pauta na agenda governamental.

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jeanne do Socorro Batista; RODRIGUES, Paula Soares. A aplicabilidade das políticas públicas educacionais inclusivas para as pessoas com deficiência. **Rev.Pemo – Revista do PEMO - Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, v.3, n.1, p. 1-17, 2021.

ALMEIDA, P. C. D.; ARAGÃO, A. E. D. A.; PAGLIUCA, L. M. F.; MACÊDO, K. N. D. F.; Barreiras arquitetônicas no percurso do deficiente físico aos hospitais de Sobral, **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Ceará, v. 8, n. 2, p. 205-212, 2006.

ALMEIDA, Philippe Oliveira de; ARAÚJO, Luana Adriano . DisCrit: os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2 p.611-641, 2020.

ALVIATI, M. E. Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Compilação, organização e notas de Maria Elisabeth Salviati. **Planaltina**: Brasília/DF, mar., p. 1-93, 2017.

ANDRADE, Andresa Caravage; ALMEIDA, Marco Antonia Nettine de. ANÁLISE documental das políticas públicas de incentivo as práticas físico-esportivas e de lazer para as pessoas com deficiência no brasil **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, v. 10, n. 3, p. 42-60, 2012.

ANDRADE, Andresa Caravage; ALMEIDA, Marco Bettine; ANDRADE, Douglas Roque; MONTEIRO, Carlos Bandeira. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. **Revista Gestão e Políticas Públicas**. v. 4, n. 1, p. 106-127, 2014.

ARAÚJO, Edgilson Tavares de; BOULLOSA, Rosana de Freitas. AVALIAÇÃO DA implementação do centro-dia para pessoas com deficiência: entre inovação e aprendizagem em políticas públicas. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v.3, n.3, p. 123 – 136, 2015.

ARAÚJO, Luiz Albert David. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com **BALDWIN, M. L.; SCHUR, L.; GREANEY, A. M. (2019). The relationship between disability diversity in the workforce and company performance: A review of the literature. In The Oxford handbook of diversity and work (pp. 391-409). Oxford University Press.**

BARBOSA, André Machado; MATTOS, Eduardo Henrique Monzatto; AVELAR, Kátia Eliane Santos. Políticas Públicas de Mobilidade Urbana para Pessoas com Deficiência. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**. v. 23, n. 45, p. 77-97, 2019.

BARDACH, E.. **A Practical Guide for Policy Analysis: The Eightfold Path to More Effective Problem Solving**. 1. ed. [S.l.]: CQ Press College, 2012. p. 1-200.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. p. 1-279.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. Transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 43p.

BENELLI, S. J. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. **Estudos de Psicologia**, v. 33, n. 4, p. 735-745, 2016.
<http://doi.org/10.1590/1982-02752016000400016>

BENNETT, Colin J.; HOWLETT, Michael. The Lessons of Learning: Reconciling Theories of Policy Learning and Policy Change, **Policy Sciences**, v. 25, n. 3, p. 275-294, 1992.

BERNARDES, L. C. G., MAIOR, I.M.M.L., SPEZIA, C.H., ARAÚJO, T.C.C.F.. **Pessoas com Deficiência e Políticas de Saúde no Brasil: Reflexão Bioéticas**. Ciência e Saúde Coletiva, janeiro-fevereiro, v. 4, n. 1, 32 p., 2009.

BICHIR, Renata; SIMONI JUNIOR, Sérgio; PEREIRA, Guilherme. SISTEMAS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS EFEITOS NA IMPLEMENTAÇÃO O caso do Sistema Único de Assistência Social (Suas). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, p. 1-23, 2020.

BICHIR, Renata; SIMONI, Sergio; PEREIRA, Guilherme. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação o caso do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, 2020.

BICKENBACH, J.; CHATTERJI, S.; BADLEY, E. M.; USTÜN, T. B. (2011). Models of disablement, universalism and the international classification of impairments, disabilities and handicaps. **Social Science & Medicine**, 72(3), 349-356.

BIRKLAND, T. A. Agenda Setting in Public Policy. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. **Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods**. New York: CRC Press, 2007. Cap. 5.

BIRKLAND, T. A. Agenda Setting in Public Policy. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. **Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods**. New York: CRC Press, 2007. Cap. 5.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

BORGES, Jorge Amaro de Souza; PEREIRA, Andreia Colares Cabral. O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação. **Rev. Serv. Público Brasília**, v. 67, n. 4, p. 555-574, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**: institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 2 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: < portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf >. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm >. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 5.692, de **11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: 1971. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRITO, Marcelo; MIRANDA, Larissa David. Acessibilidade e mobilidade urbana das pessoas com deficiência: percepções a partir de estudo de caso no município de Montes Claros (MG). **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 7, n. 1, p. 153-177, fev./2023.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M.. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, S. N., v. 21, n. 2, p. 513-518, mai./2013.

CAMARGO, B. Z.; JUSTO, A. M. Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. **Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição**, Santa Catarina: UFSC, v. 2, p. 1-74, 2018.

CAMPBELL, Jane. **Growing Pains**: disability politics – the journey explained and described. Leeds: The Disability Press, 1997, pp.78-89.

CAPELLA, Ana C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 61, p. 25-52, 2006.

CARAVAGE, Andresa; OLIVER, Fátima Corrêa. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Revista de Educação Física da UFRGS**, v. 24, n. 3, p. 987-1000, 2018.

CARMARGO, M.L. **Adoção tardia**: mitos, medos e expectativas. Bauru; EDUSC, 2006.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 1265-1286, 2017.

CARVALHO, Daniela Gonçalves De. Políticas públicas para a pessoa com deficiência – o centro especializado em reabilitação do município de duque de CAXIAS/RJ. *Revista de Direito Tributário e Financeiro*. v. 5, n. 2, p. 01-20, 2019.

CARVALHO, Marco Cesar de. A ausência de políticas públicas para os direitos sociais da pessoa com deficiência: os reflexos não sentidos da convenção de Nova York no Brasil. *Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas*. v. 1, n. 2, p. 222 - 256 , 2015.

CORREIA, Ludmila Cerqueira; MAGNO, Patrícia F. Carlos. Direito à Saúde Mental e Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência Psicossocial em Conflito com a Lei: uma Análise das Estratégias Jurídico-Políticas de Resistência contra o Retrocesso. *Revista Direito Público*, v. 18, n. 97, p. 214-242, 2021.

COSTA, Larissa Aparecida; OLIVEIRA, Lourival José de. Valorização do trabalho humano e inclusão social no brasil: a responsabilidade empresarial e as políticas públicas para a inclusão das pessoas com deficiência. *Revista de Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho*. v. 3, n. 1, p. 76 – 93, 2017.

CRESWELL, J. W.. **Research design::** Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 1. ed. [S.l.]: Sage Publications, 2013. p. 1-273.

DEBRET, J.B. **Viagem pitoresca e história ao Brasil**. Tomo I – Volume I e II. 6. Ed. São Paulo; Martins; Brasília, INL, 1975.

Deficiência e seus Reflexos na Ordem Jurídica Interna do Brasil. In: FERRAZ, Carolina DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.. **The Sage handbook of qualitative research**. 1. ed. [S.l.]: Sage publications, 2018. p. 1-784.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: seção 1, Brasília, DF, n. 86, p. 3, 08 maio 2023. Órgão: Presidência da República. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-do-vice-presidente-da-republica-no-exercicio-do-cargode-presidente-da-republica-481502831>. Acesso em: 29 junho 2023. Digital. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ, Debora. **O que é Deficiência?** Editora Brasiliense, 1ª Ed., 324 p., 2012. Educação Inclusiva no Brasil: Organização, Avanços e Perspectivas. **Colloquium** FIGUEIRA, Emílio. **As Pessoas com Deficiência na História do Brasil: Uma trajetória de silêncios e gritos!**, Wak Editora, 4ª Ed., 2021.

FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira; SOUSA, Antonia Félix de. Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 11, n. 2, p. 418-423, 2009.

FRANÇA, I.S.X., COURA, A.S., FRANÇA, E.G., CAVALCANTE, G.M.C., SOUSA, F.S. Aplicação da Bioética principalista às Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência: Revisão Sistemática. *Brazilian Journal of Nursing*, vol 9, n. 1, p. 27, 2010.

FRANZESE, Cibele. Federalismo cooperativo no Brasil: da Constituição de 1988 aos sistemas de políticas públicas. 2010. Tese de Doutorado. **Tese (Doutorado)**—Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8219/72060100752>.>

FRANZESE, Cibele; ABRUCIO, Fernando Luiz. Efeitos recíprocos entre federalismo e políticas públicas no Brasil: os casos dos sistemas de saúde, de assistência social e de educação. In: Hochman, Gilberto; Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. Federalismo e políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2013. p.361-386.

FREIRE, G. **Casa-Grande e Senzala** – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. Revista. São Paulo: Global 2006.

FREITAS, Marcos Cezar de; SANTOS, Larissa Xavier dos. Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Educação Básica, Cultura, Currículo**, v. 51, n. 1, p. 1-19, 2021.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: IPEA **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2000. p. 211-259.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. [S.l.]: Atlas, 2010. p. 1-176.

GODBEY, Geoffrey; CRAWFORD, Duane W.; SHEN, Xiangyou Sharon. Assessing GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOGGIN, G.; NEWELL, C.. **Digital disability**: The social construction of disability in new media. 2. ed. [S.l.]: Rowman & Littlefield Publishers, 2003. p. 1-204.

GUTIERRES, Kellen A. (2015), Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado. **Tese de doutorado**. Campinas, Unicamp.

HALL, Peter A. Policy paradigms, social learning and the state. a paper presented to the **International Political Science Association**, Washington, D.C. 1988. HarperCollins College Publishers, 1995.

HILL, Michael; HUPE, Peter. Implementing public policy: governance in theory and in practice. Gateshead (Great Britain): Sage Publications (Cap. 3 – Implementation theory: the top-down / bottom-up debate), 2002.

HOOD, C.. The Tools of Government: A Guide to the New Governance. 1. ed. [S.l.]: Oxford University Press, 1998. p. 1-688. **Humanarum**, v. 16, n. 1, p.62-75, 2019

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. Nota Técnica 01/2018. Disponível em:

www.ftp.ibge.gov.br/Censo/Censo_Demográfico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010. Acesso em: 20 jan 2023.

JACCOUD, Luciana. Introdução. In: **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. Brasília: IPEA. 2020.

JANN, W.; WEGRICH, K. The Theories of the policy cycle. In: FISHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. **Handbook of policy analysis: theory, and methods**. [S.l.]: CRC 16 Press, 2007.

JUSTI, Sany Regina Sardá; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência na Educação Superior nos últimos dez anos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 4, 2020

KABEER, N. (2005). Inclusion and Democracy. In Hall, A., & Midgley, J. (Eds.), **Social Policy for Development** (pp. 155-172). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

KINGDON, John W.. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 1. ed. [S.l.]: Pearson Education, 1995. p. 1-254.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A Construção do Saber: **Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**; Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri – Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFÈVRE, A. M. C. (2007). Acessibilidade no espaço construído: uma contribuição para a avaliação pós-ocupação de edifícios públicos. **Tese de Doutorado**, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

LÉRY, J. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro; Exército, 1961.

LIMA, N. M. **Legislação básica na área da pessoa portadora de deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora e Deficiência, 2007.

LUSARDI, P.; BUCHNER, D. M. (2011). Accessibility of public buildings for people with disabilities: A review of the literature. **American Journal of Preventive Medicine**, 41(2), 106-113.

MACE, R. L. (1985). A Perspective on Universal Design. In **Proceedings of the 1985 International Conference on Housing, Independence, and Supported Living** (pp. 2-6). Raleigh, NC: North Carolina State University, Center for Universal Design.

MANHÃES, Vanessa Siqueira. BREVE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGABILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 57, p. 254- 262, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escola: O Que É? Por Quê? Como Fazer?** . 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003. p. 1-84.

MARCÍLIO, M.L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, Diléia Aparecida; LEITE, Lúcia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.23, n. 89, p. 984-1014, 2015.

MARTIUS, C.F.P. von. **Natureza, doenças, medicina e remédio dos índios brasileiros**. São Paulo; Nacional, 1939.

MAZZOTTA, M. J. S. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. Movimento: **Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 7, p. 11-18, 2003.

MEEKOSHA, H.; SHUTTLEWORTH, R. (2009). What's so 'critical' about critical disability studies? **Australian Journal of Human Rights**, 15(1), 47-75.

MENDES, E. G. A Radicalização do Debate Sobre a Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MIRANDA, A. A. B.. História, Deficiência e Educação Especial. **Revista História da Educação**, v. 15, n. 1, 2007.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; CASTRO FILHO, Reynaldo Alan. OS PARADIGMAS ACERCA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PARA ALÉM DA DISTINÇÃO ENTRE EXCLUSÃO E INCLUSÃO. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 4, n. 2, p. 1 – 21, 2018.

MOHER, D; et al. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic Reviews**, v. 4, n.1, 2015.

NASCIMENTO, Ariana; OMODEI, Juliana Dalbem. Políticas de Educação Especial e NBR 9050 - **Norma Brasileira de nº 9050**, 2004. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em 2 set. 2021.

NOVAES, Daniel; FREITAS, Ana Paula de. (Trans)Formações do Professor no Contexto da Escola de Educação Especial: Contribuições da Teoria Histórico-Cultural. **Colloquium Humanarum**, v. 18, n. 1, p. 32-48, 2021.

OLIVER, Michael. **The Politics of Disablement: A Sociological Approach**. 1. ed. [S.l.]: Palgrave HE UK, 1990. p. 1-168.

OLIVER, Michael; BARNES, Colin. **Disabled People and Social Policy: from exclusion to inclusion**. London: Longman, 1998.

ONU. **Organização das Nações Unidas**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: Nações Unidas, 2006.

PAL, L.. **Beyond Policy Analysis: Public Issue Management in Turbulent Times**. 1. ed. [S.l.]: Nelson Education, 2010. p. 1-358.

- PANCOTTO, Heloísa Pereira. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. **Conexões: Educ. Fís., Esporte e Saúde**, v. 15, n. 2, p. 142-171, 2017.
- PEREIRA, Nayara Toscano de Brito; MEDEIROS, Robson Antão de. A REALIDADE DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS DE JOÃO PESSOA-PB: ENTRAVES À ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 2, n. 2, p. 73 – 92, 2016.
- PREISER, Wolfgang; OSTROFF, Elaine. **Universal Design Handbook**. 1. ed. New York: McFraw-Holl, 2000. p. 1-1216.
- REDIG, Annie Gomes; GLAT, Rosana. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 330-355, 2017.
- RESQUE, João Daniel Danibes; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. A “igualdade de recursos” como marco teórico das políticas públicas de inclusão social para pessoas com deficiência. **Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica**, v. 2, n. 1, p. 166 – 183, 2016.
- RIBEIRO, S. L.. Acessibilidade Para A Inclusão Na Escola: Princípios E Práticas. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 1, n. 44, p.79-98, jan. 2011.
- RODRIGUES, Ana Paula Neves. LIMA, Cláudia Araújo de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista Interterritórios**, v. 3, n. 5, 2017.
- RUA, M. D. G. **Políticas Públicas**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Florianópolis, p. 130. 2009.
- SALAMON, L. **The tools of government** : a guide to the new governance. 1. ed. OXFORD UNIVERSITY: PRESS, 2002. p. 1-688.
- SANTOS FILHO, L. **Pequena história da medicina brasileira**. São Paulo; DESA, 1966.
- SASSAKI, R.K. Mobilização de pessoas deficientes: como foi de 1980 a 1989 e como será de 1990 a 1999. São Paulo; Integração, v. 3, n. 9, p. 31-33, jun. 1990.
- SASSAKI, R.K. Pessoas com deficiências severas deixaram o isolamento socia há 20 anos. **Integração**, São Paulo, v. 4, n. 15, p. 13-14, dez. 1991.
- SASSAKI, R.K. **Uma breve história dos movimentos de pessoas com deficiência**. São Paulo, 1997. (mimeo).
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Bibliotecas escolares inclusivas. São Paulo: **Revista Nacional de Reabilitação**, ano IX, n. 45, jul./ago., p. 6-8., 2005.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós**: da integração à inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, 2007, p. 8-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**. São Paulo: ano 5 nº. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

SCHWARZ, A.; HABER, J. Atendendo bem pessoas com deficiência. **FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos**. São Paulo, junho, 2006.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**, CENGAGE, 3a. ed., 272 p., 2019.

SEHNEM, Cristian Evandro; PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. Políticas inclusivas para pessoas com deficiência no Brasil. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 8, n. 17p. 1-10, 2019.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. 1. ed. [S.l.]: Oxford University Press, 1999. p. 1-384.

SILVA, G. P. Da; OLIVEIRA, I. A.; BENJAMIN, J.. Políticas Públicas de Formação para o Trabalho de Pessoas com Deficiência do Governo do Estado do Pará. **REVES – Revista Relações Sociais**, v. 1, n. 4, p. 583-595, 2018.

SILVESTRE, Cleiver Elieth Ventura Silvestre; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan. Políticas públicas para pessoas com deficiência em angola. **Qualitas Revista Eletrônica**, v.21, n.2, p.40 -58, 2020.

SIOTA, M. S.. Acessibilidade: A Percepção Do Poder Executivo Em Uma Cidade Da Serra Gaúcha. **Revista do Ichla**, Novo Hamburgo, v. 1, n. 1, p.113-122, jan. 2013.

SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in politica. **Rivista Italiana di Scienza Politica**, v. 14, n.1 1, p. 41-85, 1984.

SMITH, K. B.; LARIMER, C. W. **The Public Policy Theory Primer**. Philadelphia: Westviem Press, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, p. 162 20-45, 2006.

STEINFELD, Edward; MAISEL, Jordana. **Universal Design: Creating Inclusive Environments**. Hoboken. 1. ed. [S.l.]: Wiley, 2012. p. 1-408.

STRELHOW, Thyeles Moratti Precilio Borcarte. As influências conceituais do cristianismo sobre a deficiência: o papel do Ensino Religioso na construção de sujeitos de direitos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 275-284, 2018.

THEODOULOU, S. Z. How Public Policy is Made. In: THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. **Public Policy: The Essential Readings**. [S.l.]: Pearson, p. 86-96, 1995.

THOMAS, G.; LOXLEY, A.. **Deconstructing Special Education and Constructing Inclusion** . 2. ed. Maidenhead: Open University Press, 2007. p. 1-176

WHO. World Health Organization. **World report on disability**, 2011.

APÊNDICE A

Quadro 7. Tabulação dos dados da revisão sistemática de literatura

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVES	MÉTODO PREDOMINANTE	REVISTA	OBJETIVO DA PESQUISA
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA – O CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS/RJ	Políticas Públicas	Análise descritiva	Revista de Direito Tributário e Financeiro	Tem como principal finalidade identificar o funcionamento dos Centros Especializados em Reabilitação, localizados no município de Duque de Caxias (RJ) e saber se já é possível analisar a política por trás deles.
	Pessoa com Deficiência			
	Centros de Reabilitação			
	Repasse de Verbas Federais			
	Município			
Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais	Ensino Superior	Análise descritiva-analítica e documental	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Analisar as políticas relativas às matrículas da educação especial no ensino superior brasileiro com base em indicadores educacionais.
	Educação Especial	Análise Documental		
	Indicadores Educacionais			
Políticas públicas para pessoas com deficiência em angola	Políticas Públicas	Análise Documental	Qualitas Revista Eletrônica	Trata-se de identificar os problemas enfrentados pelas famílias que têm membros com deficiência e as leis e diversos projetos existentes nessa área de estudo.
	Pessoa com Deficiência	Entrevistas		
	Angola			

Continua...

Quadro 7. Tabulação dos dados da revisão sistemática de literatura

(Continuação)

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVES	MÉTODO PREDOMINANTE	REVISTA	OBJETIVO DA PESQUISA
A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS DIREITOS SOCIAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: OS REFLEXOS NÃO SENTIDOS DA CONVENÇÃO DE NOVA YORK NO BRASIL	Direitos Sociais	Análise descritiva	Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas	Demonstrar que ainda faltam políticas públicas na defesa e na integração das pessoas com deficiência na sociedade brasileira, o que as impede de terem seus direitos sociais, portanto, fundamentais, plenamente atendidos.
	Convenção de Nova York			
	Pessoas com Deficiência			
	Políticas Públicas			
	Ação Afirmativa			
	Discriminação Social			
Direito à Saúde Mental e Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência Psicossocial em Conflito com a Lei: uma Análise das Estratégias Jurídico-Políticas de Resistência contra o Retrocesso	Direito à Saúde	Revisão de literatura	Revista Direito Público	Objetiva discutir os meandros das estratégias jurídico-políticas adotadas para repristinar a política pública que realiza o enfrentamento da pobreza e combate à exclusão da pessoa com deficiência e apresenta os documentos elaborados pelas instituições que se mobilizaram para potencializar a política pública.
	Políticas Públicas	Análise Documental		
	Saúde Mnetal			
	Manicômio Judiciário			
	Reforma Psiquiátrica Brasileira			

Continua...

Quadro 7. Tabulação dos dados da revisão sistemática de literatura

(Continuação)

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVES	MÉTODO PREDOMINANTE	REVISTA	OBJETIVO DA PESQUISA
POLÍTICAS PÚBLICAS DE MOBILIDADE URBANA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Direito	Análise Documental	Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Este artigo tem como objetivo refletir sobre a questão da acessibilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo para pessoas com deficiência.
	Henri Lefebvre			
	Desenho Uniersal			
O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência	Pessoas com Deficiência	Análise Documental	Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde	Descrever a evolução da Agenda Governamental das Políticas Públicas para pessoas com deficiência na questão do esporte com a inclusão social em plano nacional.
	Esporte			
	Agenda Governamental			
Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social	Políticas Públicas	Análise Documental	Revista Eletrônica de Enfermagem	Refletir sobre como a sociedade brasileira vem se comportando em relação a essas pessoas, tomando por base as políticas públicas voltadas a esse segmento e como suporte para análise o princípio da inclusão social.
	Pessoas com Deficiência			
	Inclusão Social			
A aplicabilidade das políticas públicas educacionais inclusivas para as pessoas com deficiência	Educação Inclusiva	Revisão de literatura	Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades	Objetivou-se compreender as principais discussões fomentadas nas pesquisas sobre as políticas públicas educacionais inclusivas.
	Políticas Públicas			
	Pessoa com Deficiência			

Continua...

Quadro 7. Tabulação dos dados da revisão sistemática de literatura

(Continuação)

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVES	MÉTODO PREDOMINANTE	REVISTA	OBJETIVO DA PESQUISA
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Esportes	Entrevistas	Revista de Educação Física da UFRGS	Buscou-se compreender como se estruturam as política de esporte e lazer para as pessoas com deficiência em dado município, a partir do mapeamento dos espaços, atores e suas inter-relações.
	Atividades de Lazer			
	Defesa das Pessoas com Deficiência			
Políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência na Educação Superior nos últimos dez anos	Políticas Públicas	Análise Documental	Jornal de Políticas Educacionais	Analisar documentos nacionais como o texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e outras sete leis e decretos referentes à política de inclusão de pessoas com deficiência que acessam o Ensino Superior brasileiro na década compreendida entre os anos de 2008 e 2017.
	Inclusão Social			
	Educação Superior			
	Pessoa com Deficiência			
BREVE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGABILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Pessoas com Deficiência	Análise Documental	Cadernos Gestão Pública e Cidadania	Descrever e analisar as ações das políticas públicas de empregabilidade para as pessoas com deficiência (PcDs) existentes no Brasil atualmente.
	Políticas Públicas			
	Empregabilidade			
	Lei de Cotas			
	Legislação			

Continua...

Quadro 7. Tabulação dos dados da revisão sistemática de literatura

(Continuação)

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVES	MÉTODO PREDOMINANTE	REVISTA	OBJETIVO DA PESQUISA
A “IGUALDADE DE RECURSOS” COMO MARCO TEÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Igualdade de Recursos	Análise Bibliográfica	Revista de Teorias da Justiça	Busca, a partir da análise da obra de Ronald Dworkin, intitulada de “A Virtude Soberana: a teoria e a prática da igualdade”, expor os pressupostos sob os quais o filósofo desenvolve a sua teoria igualitária de justiça distributiva, denominada de “igualdade de recursos”.
	Justiça Distributiva			
	Pessoas com Deficiência			
	Ronald Dworkin			
Políticas Públicas de Formação para o Trabalho de Pessoas com Deficiência do Governo do Estado do Pará	Políticas Públicas	Estudo de Caso	REVES - Revista de Relações Sociais	Leantar e analisar as políticas de formação para o trabalho do governo do estado do Pará, referente às Pessoas com Deficiência.
	Formação	Análise Exploratória		
	Inclusão Social			
ANÁLISE DOCUMENTAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AS PRÁTICAS FÍSICO-ESPORTIVAS E DE LAZER PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	Políticas Públicas	Análise Documental	Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP	Analisar e compreender as políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas e de lazer para pessoas com deficiência
	Pessoas com Deficiência			
	Esporte			
	Lazer			

Continua...

Quadro 7. Tabulação dos dados da revisão sistemática de literatura

(Continuação)

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVES	MÉTODO PREDOMINANTE	REVISTA	OBJETIVO DA PESQUISA
AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO-DIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ENTRE INOVAÇÃO E APRENDIZAGEM EM POLÍTICAS PÚBLICAS	Avaliação	Análise Descritiva	Interfaces Científicas - Humanas e Sociais	Apresentar o desenho avaliativo utilizado na Avaliação do processo de implementação dos Centros-Dia de Referência para a Pessoa com Deficiência, os resultados parciais, bem como as primeiras generalizações de pesquisa produzidas
	Implementação de Políticas Públicas	Análise Documental		
	Sistema Único de Assistência Social (SUAS)			
	Intergoverno			
VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: A RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Responsabilidade Empresarial	Método Dedutivo	Revista de Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho	Analisar o alcance da efetividade da valorização do trabalho humano por meio da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
	Pessoa com Deficiência			
	Valorização do Traalho Humano			
	Aperfeiçoamento Democrático			
	Cidadania			

Continua...

Quadro 7. Tabulação dos dados da revisão sistemática de literatura

(Continuação)

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVES	MÉTODO PREDOMINANTE	REVISTA	OBJETIVO DA PESQUISA
Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016.	Deficiências Políticas Públicas Paraolimpíadas Brasil Rio 2016	Análise Documental	Revista Gestão e Políticas Públicas	Visa por meio da análise documental compreender e refletir sobre as pessoas com deficiência dentro do contexto social, cultural e político da última década; enquanto perpassa documentos relacionados à pessoa com deficiência, saúde, esporte e lazer, tendo como pano de fundo as Paralimpíadas Rio – 2016
O estado da arte sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: dialogando sobre transversalidade e educação	Pessoa com Deficiência Políticas Públicas Inclusão Social Educação Acessibilidade Direitos Humanos	Análise Documental	Revista do Servidor Público	Pretende apresentar um panorama das políticas para as pessoas com deficiência no Brasil, abordando sua estrutura organizacional e propondo um diálogo com a educação, visando conectar, assim, os diferentes saberes da escola, que são reprodução social, para procurar pistas sobre as políticas transversais, que talvez sejam o maior desafio de uma democracia em evolução.
DisCrit: os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência	Interseccionalidade Teoria Crística Racial Estudos em Deficiência	Revisão de literatura	Revista Brasileira de Políticas Públicas	Compreender se a DisCrit, fundamentada na interseccionalidade entre raça e deficiência, endereça adequadamente as estruturas de opressão geradas pela normalidade.

Continua...

Quadro 7. Tabulação dos dados da revisão sistemática de literatura

(Conclusão)

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVES	MÉTODO PREDOMINANTE	REVISTA	OBJETIVO DA PESQUISA
A REALIDADE DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS DE JOÃO PESSOA-PB: ENTRAVES À ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Pessoas com Deficiência	Análise Documental	Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas	Visa-se a mostrar que, diante das dificuldades concretamente vivenciadas cotidianamente, se faz mister a adequação do ordenamento jurídico brasileiro à diversidade apresentada e, mais do que isso, a busca por mecanismos que engendrem a verdadeira consecução dos princípios erigidos pelos legisladores e os direitos contemplados pelo corpo normativo, o qual só se dá com a proposição e implementação de políticas públicas de enfrentamento.
	Acessibilidade			
	Agências Bancárias			
	Barreiras Arquitetônicas			
	Barreiras Atitudinais			
OS PARADIGMAS ACERCA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PARA ALÉM DA DISTINÇÃO ENTRE EXCLUSÃO E INCLUSÃO	Direitos	Análise Documental	Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas	Abordar os diferentes paradigmas adotados à luz da legislação internacional e nacional no que concerne a evolução dos direitos das pessoas com deficiência de acordo com os diferentes momentos históricos.
	Exclusão	Revisão de literatura		
	Inclusão Social			
	Pessoas com Deficiência			
Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual	Educação Especial	Pesquisa-ação	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Discutir, no âmbito da Educação Especial, a inclusão profissional de pessoas com deficiência intelectual, a partir da análise da legislação brasileira referente à formação, capacitação e inserção desses sujeitos no trabalho
	Capacitação			
	Inclusão Social			
	Deficiência Intelectual			

Fonte: Elaboração própria, segundo dados revisão sistemática de literatura (2023).